

Caderno de Resumos

VIII Colóquio Internacional
A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores
Entre o Rural e o Urbano, nos Séculos XVII a XIX

De 6 a 10 de maio de 2024,
Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil

Caderno de Resumos

**VIII Colóquio Internacional
A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores
Entre o Rural e o Urbano, nos Séculos XVII a XIX**

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura

Margareth Menezes

Fundação Casa de Rui Barbosa

Presidente

Alexandre Santini

Diretor Executivo

Ricardo Calmon

Diretor do Centro de Pesquisa

Marcelo Viana

Chefe do Setor de Pesquisa em Ciências Humanas

José Almino de Alencar

Chefe do Setor de Editoração

Benjamin Albagli Neto

Projeto Gráfico do Miolo e Diagramação: Viviane Laurelli | Tikinet

Revisão: Sandy Marques | Tikinet

Capa: Papel de parede Sala de Jantar do Museu Casa da Hera/Ibram, Vassouras

Responsável pela catalogação: Bibliotecária – Dilza Ramos Bastos CRB7/2.348

C722 Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores: (8.: 2024: Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil)
CADERNO DE RESUMOS [DO] VIII COLÓQUIO INTERNACIONAL A CASA SENHORIAL: ANATOMIA DOS INTERIORES : ENTRE O RURAL E O URBANO, NOS SÉCULOS XVII A XIX [RECURSO ELETRÔNICO] / ORGANIZAÇÃO ANA PESSOA. – RIO DE JANEIRO: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2024.
1 e-book no formato pdf (51 p.)

Evento de 6 a 8 de maio de 2024.

ISBN 978-65-88295-32-8

1. Casa senhorial – Séc. XVII a XIX. 2. Artes decorativas. I. Pessoa, Ana, org. II. Título.

CDD 728.372

Fundação Casa de Rui Barbosa

Rua São Clemente 134, Botafogo 22260-000, Rio de Janeiro, RJ

Telefone (21) 3289-4600

fcrb@rb.gov.br | www.casaruibarbosa.gov.br

Caderno de Resumos

**VIII Colóquio Internacional
A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores
Entre o Rural e o Urbano, nos Séculos XVII a XIX**

Organização
Ana Pessoa

Fundação  **Casa de Rui Barbosa**

Rio de Janeiro, 2024

Comissão Científica

Dra. Ana Pessoa (Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa –PPGMA/FCRB)

Dra. Isabel Soares de Albergaria (Universidade dos Açores)

Dr. José Belmont Pessoa (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense – PPGAU/EAU/UFRJ)

Dr. Helder Carita (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa)

Dra. Ana Lucia Vieira dos Santos (Escola de Arquitetura e Urbanismo/UFRJ)

Dr. Antonio Nunes Pereira (Diretor dos Palácios Nacionais da Pena, Queluz e Sintra e do Palácio de Monserrate no Parques de Sintra – Monte da Lua)

Dra. Marize Malta (Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade do Rio de Janeiro – PPGAV/EBA/UFRJ)

Dr. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes – CITAR da Universidade Católica Portuguesa)

Comissão Organizadora

Dra. Ana Pessoa (PPGMA/FCRB)

Dra. Ana Lucia Vieira dos Santos (PPGAU/UFRJ)

Andreza Veronica Baptista (FCRB/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura/UFRJ)

Luis Filipe Bantim de Assumpção (Universidade de Vassouras)

Eduardo Schnoor

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Apresentação | 09 |
| TEMA I – Proprietários, construtores e artífices. vivências e rituais | 11 |
| José Manuel de Carvalho Negreiros e a habitação de um nobre: entre a prática e a teoria dos arquitetos civis serem científicos PAULO ASSUNÇÃO14 | |
| Neorrenascença, um estilo para a moradia. As casas do construtor José de Magalhães no Rio de Janeiro ANDREZA BAPTISTA | 13 |
| Patrimônio e direito a memória no Complexo Cultural Fazenda da Machadinho SILVIA SCORALICH DE CARVALHO E DINAH TEREZA PAPI DE GUIMARAENS | 14 |
| O conde de Burnay, o Palácio da Junqueira e o seu teatro MARGARIDA ELIAS E RAQUEL CABEÇAS | 15 |
| O impacto estilístico de José Isella na cidade de Pelotas, RS: a reforma do Casarão nº 02 e suas semelhanças com os Casarões nº 06 e nº 08 CLARISSA MARTINS NEUTZLING, CARINA FARIA FERREIRA E ANNELISE COSTA MONTONE | 16 |
| Palacete Pinakothek. Projeto e construção de Eduardo V. Pederneiras DENISE VIANNA NUNES | 17 |
| O relógio como ornamento da platibanda em Belém, PA MARCIÀ RIBEIRO NUNES | 18 |
| A casa senhorial capixaba no início do século XX: a modernização do habitar <i>pari passu</i> à secularização e a nova sociabilidade que se introduzia na cidade NELSON PORTO | 19 |
| De Bananal a Petrópolis: a representação social da família Gomes Nogueira EDUARDO SCHNOOR | 20 |
| José Maria Villaronga, a clientela opulenta e as primeiras encomendas na Província do Rio de Janeiro ANA CLAUDIA DE PAULA TOREM | 21 |
| Casa da Hera e os segredos de família MARCO ANTÔNIO XAVIER | 22 |
| TEMA II – Identificação das estruturas e dos programas distributivos e o estudo de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço | 23 |
| Fazenda Boa Vista e Solar Luciano José de Almeida: um comparativo entre casas rurais e urbanas do ciclo do café em bananal CLARA ALBANI | 24 |
| Jardins e espaços recreativos na dependência da casa senhorial da época moderna nos Açores ISABEL SOARES ALBERGARIA | 25 |

| | |
|---|----|
| Os espaços da intimidade e da privacidade nas habitações burguesas em Salvador da Primeira República | |
| MARIA DO CARMO BALTAZAR E. DE ALMEIDA | 26 |
| Solares ludovicenses: representação simbólica do Paço Imperial no Maranhão oitocentista | |
| CLÁUDIA NUNES DE LIMA ANDRADE E LEONARDO BARCI CASTRIOTA | 27 |
| Individualidade e aparato: o regionalismo das coberturas internas na casa senhorial portuguesa | |
| JOÃO VIEIRA CALDAS, MAFALDA PACHECO E SÉRGIO COSTA | 28 |
| Estudo para o palacete modesto leal a partir da estrutura, articulação e simbologia dos espaços interiores | |
| MARIA PACE CHIAVARI | 29 |
| A Quinta da Praia entre Fernão da Silva e o 6º marquês de Marialva | |
| SABINA DE CAVI E HELDER CARITA | 30 |
| Shrines at Goan houses | |
| ALINTO COELHO | 31 |
| Casas rurais sul-mineiras: apontamentos para um estudo comparativo – século XIX | |
| RAFAEL AUGUSTO SILVA FERREIRA E ANTÔNIO FERNANDO DOS ANJOS ABRÃO | 32 |
| O Casarão de Magepe-Mirim, em Magé: estudos sobre a evolução de uma variação de um tipo de casa rural fluminense | |
| THIAGO SANTOS MATHIAS DA FONSECA | 33 |
| Reconstituição conjectural de uma casa senhorial: estudo de caso da Chácara do Bom Retiro, na cidade de São Paulo, de Joaquim Egídio de Sousa Aranha (1883-1893) | |
| ANA BEATRIS FERNANDES MENEGALDO E RENATA BAESSO PEREIRA | 34 |
| “Belas lições sobre a arte da arquitetura”: a casa do barão de Mauá em Petrópolis | |
| ANA PESSOA, ANA LUCIA V. DOS SANTOS E ANDREZA BAPTISTA | 35 |
| Casas senhoriais: um delinear sobre os exemplares urbano e rural, de Manoel Alves Sarmento, em Bagé/RS | |
| LAURA SILVEIRA SARTURI, MAGALI NOCCHI COLLARES GONÇALVES E SANDRO MARTINEZ CONCEIÇÃO | 36 |
| O palacete do marquês de Barbacena x o Cassino Fluminense | |
| ANDREY ROSENTHAL SCHLEE | 37 |
| As casas urbanas da elite no Vale do Paraíba fluminense – séculos XIX/XX: tipologias, partido e simbologia | |
| KÁTIA SOUZA | 38 |
| TEMA III – A ornamentação fixa: azulejos, tetos, talhas, pinturas, estuques, têxteis, pavimentos, chaminés/lareiras, janelas, portas, para-ventos e outros bens integrados | 40 |
| Paisagens alegóricas: ornamentação em papel de parede com pinturas de paisagens tropicais no Palácio Itamaraty | |
| CLAUDIA BRACK | 41 |
| Revestimentos internos e bens integrados do Palacete Scholz | |
| MÁRCIA HONDA N. CASTRO | 42 |

| | |
|---|----|
| Da cultura e opulência ao desprezo e destruição HUMBERTO DAS CHAGAS NETO | 43 |
| Em busca do conforto e da modernidade: a reforma de 1883 no palacete do comendador Mariano Procópio DOUGLAS FASOLATO | 44 |
| As influências da casa senhorial sobre a casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais RÉGIS EDUARDO MARTINS | 45 |
| TEMA IV – O equipamento móvel nas suas funções específicas e suas relações com o espaço; o conjunto e as circulações das peças; a atmosfera do lugar | 46 |
| O contador-secretária: símbolo, poder e gênero nos interiores domésticos LUCAS ELBER DE SOUZA CAVALCANTI | 47 |
| A casa das doze janelas e o teatro da memória do viver na caatinga baiana do século XX LUIZ ALBERTO RIBEIRO FREIRE | 48 |
| Mobiliário na Casa Museu Eva Klabin RUTH LEVY | 49 |
| Trançando cadeiras: quando formas de sentar mudam a história do mobiliário no Brasil MARIZE MALTA | 50 |
| A composição dos ambientes sociais no espaço rural paulista (1870-1920) ROSAELENA SCARPELINE | 51 |



Fazenda Pao Grande, Paty do Alferes, Brasil.

Foto: Felipe Castellari.

Fonte: Fazenda Pao Grande.

Apresentação

Vivendo uma forte relação com os símbolos de prestígio e de hierarquia social presentes em cada época, a casa senhorial é ainda em suas diferentes formas um testemunho das transformações que a sociedade e o gosto vêm assumindo ao longo dos séculos.¹

Este *Caderno de resumos* apresenta as ementas que integram a programação do VIII Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores – Entre o Rural e o Urbano, nos Séculos XVII e XIX, a ser realizado em Vassouras, Rio de Janeiro, em maio de 2024.

Os resumos estão organizados segundo quatro eixos temáticos: (I) Proprietários, construtores e artífices. Vivências e rituais; (II) Identificação das estruturas e dos programas distributivos e o estudo de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço; (III) A ornamentação fixa: azulejos, tetos, talhas, pinturas, estuques, têxteis, pavimentos, chaminés/lareiras, janelas, portas, para-ventos e outros bens integrados; e (IV) O equipamento móvel nas suas funções específicas e suas relações com o espaço; o conjunto e as circulações das peças; a atmosfera do lugar.

O Colóquio é uma reunião acadêmica e itinerante, vinculada ao projeto A Casa Senhorial em Portugal, Brasil e Goa: Anatomia de Interiores, desenvolvido pela Universidade Nova de Lisboa e a Fundação Casa de Rui Barbosa/MinC. Iniciado em 2011, o projeto promove pesquisas, colóquios, edições e cursos, e seus resultados são divulgados no site acasadensenhorial.org. O encontro já foi sediado em cidades portuguesas, como Lisboa, Porto e Fafe, e em cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Pelotas e Belém; e em Pangim, em Goa.

A escolha de Vassouras para sediar o evento deve-se à importância do conjunto arquitetônico da região, tanto urbano como rural, erguido quando do apogeu da produção cafeeira do século XIX, e que constitui hoje um excepcional legado histórico, arquitetônico e cultural, e privilegiado atrativo turístico.

Sua realização naquela cidade é possível pela decisiva adesão da Universidade de Vassouras, que se somou ao patrocínio da Faperj e do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa, e ao apoio do Museu Casa da Hera/Ibram, do Museu de Vassouras/Instituto Vassouras Cultural e da Prefeitura Municipal de Vassouras.

A iniciativa conta também com a colaboração do Programa de Memória e Informação/FCRB, Instituto Preservale, Vale do Café Convention & Visitors Bureau, o Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras (IHGV) e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

A programação é composta por mesa-abertura, com representantes das instituições promotoras e apoiadoras, por três palestras, de especialistas portugueses, e 37 comunicações de pesquisadores portugueses e brasileiros, de todas as regiões do país, e de um pesquisador de Goa. E também pela exposição *A Casa Senhorial, Portugal, Brasil & Goa*, que, com 12 painéis, apresenta a metodologia aplicada no desenvolvimento do projeto de mesmo nome.

¹ CARITA, Helder. *A casa senhorial em Portugal: modelos, tipologias, programas interiores e equipamento*. Lisboa: Leya, 2015. p. 15.

A organização do evento tem expectativa de que o colóquio propicie um convívio acadêmico proveitoso, com repercussões na promoção do patrimônio local e de sua potencialidade turística.

Agradecimentos

A organização agradece a colaboração dos membros da Comissão Científica e da Comissão Organizadora, de Bernadete Braga, Adriano Novais, e dos pesquisadores participantes do VIII Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores



Retrato de Joaquim Teixeira Leite na sala do Museu Casa da Hera/Ibram, Vassouras, Brasil

Foto: s.id.

Fonte: Acervo Museu Casa da Hera/Ibram/Minc.

TEMA I

Proprietários, Construtores e Artífices. Vivências e Rituais.

José Manuel de Carvalho Negreiros e a habitação de um nobre: entre a prática e a teoria dos arquitetos civis serem científicos

Paulo Assunção

Este trabalho centra seu objetivo na construção do saber na área da arquitetura e urbanismo durante o iluminismo em Portugal e na discussão no Brasil, com a intenção de analisar a obra de José Manuel Carvalho e Negreiros (1752-1815), *Jornada pelo Tejo: dividida em doze dias, em cada um dos quais se tratam diversas matérias concernentes à Arquitetura Civil e seus pertences*, de 1793. Em 1778, José Manuel Carvalho e Negreiros foi nomeado para o cargo de medidor das obras de todos os reais paços, na Real Casa das Obras. Sucedia no cargo a Sebastião Pope. Apesar de Negreiros se apresentar como um candidato a assumir o projeto do Palácio Nacional da Ajuda, ele não obteve êxito. A escolha recaiu na figura do arquiteto Caetano de Sousa, que foi nomeado em 1796. Em 1804, Negreiros foi nomeado como segundo arquiteto dos paços reais.

O texto escrito no fim do século XVIII pelo arquiteto José Manuel de Carvalho e Negreiros é um dos mais importantes documentos com as características de um tratado de arquitetura. O texto constituiu um documento importante para a compreensão de como era concebida a organização e o funcionamento das habitações no século XVIII. O autor faz um estudo aprofundado sobre as grandes residências que foram construídas no decorrer do século XVIII, em especial o período pós-terremoto. Seguindo um processo metódico, José Manuel de Carvalho e Negreiros analisou os programas de arquitetura visando apresentar a compreensão sobre sistemas, demonstrando sua capacidade para assumir novos desafios, como o Palácio Nacional da Ajuda.

O texto investiga uma habitação senhorial, enumera os compartimentos necessários para um nobre e sua família, podendo ser adaptada às novas necessidades da possível ampliação da família, ressalta a complexidade de elementos que uma habitação deveria ter e a lógica do projeto. O trabalho destaca-se por fornecer informações essenciais sobre a lógica da organização do interior de uma casa senhorial, estabelecendo nomenclaturas precisas para cada espaço e função. Este artigo analisa a obra *Jornada pelo Tejo* e busca compreender a necessidade de racionalização das construções, adequando-as à sua utilização, tendo em conta a relação pública e privada. Os edifícios deveriam ser concebidos de forma a atender aos clientes.

O seu discurso permite entrever a possibilidade de uma cidade-ideal, levando em consideração vários aspectos. O foco está em evidenciar as experiências da comunidade de arquitetos e engenheiros, em especial portugueses, no decorrer do século XVII e XVIII, a fim de compreender a evolução do capital de conhecimento amealhado, demonstrando trocas e a circulação cultural entre diferentes profissionais envolvidos no canteiro de obras, tendo como referência a obra de José Manuel de Carvalho e Negreiros.

Nosso interesse é evidenciar como, lentamente, foi sendo tecido o conhecimento científico no âmbito da construção civil e quais foram as respostas dadas às lacunas de conhecimento que havia naquele contexto.

Neorrenascença, um estilo para a moradia. As casas do construtor José de Magalhães no Rio de Janeiro

Andreza Baptista

Este trabalho procura analisar parte das casas construídas no Rio de Janeiro pelo engenheiro-arquiteto José de Almeida Magalhães (1851-1899), a partir de estudos que permitam a compreensão formal dessas residências, observando seus aspectos estilísticos que se relacionam ao movimento chamado neorrenascimento.

Na década de 1880, ao retornar ao Brasil após breve estadia na Europa, onde cursou a *École des Beaux Arts*, José de Magalhães fundou a J. Magalhães & Comp., construtora que vai ser responsável por erguer edificações de diferentes programas, destacando-se as residências de figuras notáveis do período no Rio de Janeiro, como o visconde de Vergueiro (1824-1903), barão do Amparo (1830-1921), João Evangelista Teixeira Leite (1839-1912), entre outros.

O crítico e engenheiro Ernesto da Cunha de Araújo Viana (1852-1920) vai definir que a produção arquitetônica desenvolvida no fim do século XIX apresentava um “falso gosto”, por causa da má aplicação de ornamentos associados a referências artísticas de períodos distintos. Porém, ele vai pôr a produção de Magalhães como um ponto de inflexão dentro desse movimento. Para ele, o engenheiro-arquiteto “influiu salutarmente em novas casas construídas segundo planos pitorescos e corretos”. Essas construções, que estavam alinhadas ao movimento eclético, vão apresentar referências formais que derivam do estilo clássico.

Neste trabalho, pretende-se analisar as residências de autoria de Magalhães citadas por Alfredo Camarate em crônica publicada no periódico *Minas Geraes: Orgam Official dos Poderes do Estado*, em 1894.

O primeiro exemplar a ser analisado será o Palacete do 2º barão do Amparo, construído na cidade de Vassouras, o qual foi amplamente divulgado, na época de sua construção, por outros jornais e anúncios da companhia de Magalhães. Essa residência vai se caracterizar principalmente pela presença de dois torreões na fachada que dava acesso à casa. Outro caso que será estudado é a propriedade de João Evangelista Teixeira Leite na cidade do Rio de Janeiro, que vai apresentar um programa formal caracterizado pela presença de uma torre.

Para além da análise dos aspectos formais da arquitetura, pretende-se compreender se é possível estabelecer uma rede de sociabilidade na qual o profissional estaria inserido no Rio de Janeiro, ao ter como clientela esses dois proprietários que tinham uma relação familiar.

A investigação parte da observação de fotografias, escrituras, periódicos, inventários e outros documentos que permitem a reconstituição das feições das edificações mencionadas a partir de uma análise interpretativa.

O objetivo deste trabalho é evidenciar a atuação do engenheiro-arquiteto José de Magalhães no Rio de Janeiro, identificando parte das casas construídas sob sua responsabilidade, de forma a contribuir para preencher a lacuna identificada em estudos precedentes que analisaram sua atividade profissional.

Patrimônio e direito a memória no Complexo Cultural Fazenda da Machadinho

Silvia Scoralich de Carvalho e Dinah Tereza Papi de Guimaraens

O Complexo Cultural Fazenda da Machadinho, zona rural do município de Quissamã, Rio de Janeiro, é um bem cultural que materializa o passado de maneira intrigante quando se avalia suas estruturas remanescentes. Ao evidenciar a complexidade de suas distintas camadas históricas, ele proporciona oportunidades únicas para aprofundar os estudos sobre a maneira como o passado é contado, experimentado e perpetuado. Este artigo discutirá a narrativa pretendida para a proteção federal da edificação sede da fazenda, hoje arruinada, em comparação com a memória que sobrevive no complexo por meio das estruturas da antiga senzala e do Memorial Machadinho.

Com respaldo na perspectiva feminista, antirracista e anticolonial, serão apresentados e analisados materiais que consideram costumes da elite oitocentista comumente utilizados para se registrar tais bens. Podem ser citados principalmente informações sobre os proprietários, João Carneiro da Silva e Manoel Carneiro da Silva, e a relação de poder e influência pretendida a partir do casamento do último com Ana do Loreto Viana de Lima e Silva, filha do duque de Caxias. Bem como o inventário do município de Quissamã, elaborado pelo Ministério de Cultura em 1987, e o Processo de Tombamento nº 942-T-76. Estes documentos, diante das novas conjunções teóricas sobre a realidade da mulher oitocentista e as relações raciais entre quilombos e movimentos sociais, ampliam o debate de valorização dos bens culturais.

O objetivo é demonstrar que tais perspectivas são capazes de auxiliar na compreensão de que embora modelos e costumes oriundos do século XIX ainda ressoem na sociedade brasileira contemporânea, não é plausível considerar que tenham sido mantidos à medida que o sistema social e o modelo político do país foram sofrendo mudanças. Infelizmente, essas transformações frequentemente são desconsideradas ou até mesmo negadas por aqueles encarregados de preservar a memória, que tendem a adotar uma perspectiva mais nostálgica do que crítica em relação ao passado. Não registrar a temporalidade de determinadas dimensões políticas e sociais em documentos dos bens históricos pode indicar de forma equivocada uma suposta universalidade dos cotidianos ao longo da história do Brasil. Esses indícios de universalidade tendem a gerar normalizações sobre a história de grupos não dominantes na sociedade, influenciando no seu direito à memória.

Por fim, surge uma indagação pertinente quanto à responsabilidade pela manutenção das estruturas físicas do complexo e sua conexão com o fortalecimento da coletividade de uma comunidade que se constrói a partir de uma identidade memorial e de costumes cotidianos. Além disso, este artigo aborda como o registro da memória ocorre em uma era permeada por intervenções digitais, que supostamente facilita uma narrativa multifacetada dos patrimônios culturais. Vale ressaltar que a construção de um arquivo, tal qual um banco de dados capaz de responder a diversas perguntas, só será eficaz se for compreendido que a tecnologia não é imparcial, havendo uma complexidade subjacente ao discurso de democratização de acesso aos recursos digitais.

O conde de Burnay, o Palácio da Junqueira e o seu teatro

Margarida Elias e Raquel Cabeças

Este trabalho versará sobre Henrique Burnay, o Palácio da Junqueira e o teatro que lá existia. Henrique Burnay (1838-1909), conde de Burnay desde 1886, foi um importante negociante da praça de Lisboa, que teve um forte impacto na história de Portugal do século XIX. Ao longo da vida, acumulou uma grande fortuna, em parte usada na aquisição de bens imobiliários e de uma importante coleção de arte. O seu palácio, na rua da Junqueira, foi adquirido em 1882, sendo objeto de campanhas de obras decorativas, nas quais participaram vários artistas, entre eles José Malhoa, em 1886, com uma pintura para o teto da sala de jantar. Nesse palácio, onde ofereceu grandiosas festas, havia um pequeno teatro privado, testemunho de um tempo em que a cultura teatral marcava a vida da sociedade.

Com essa proposta, desejamos investigar mais a fundo estes três elementos convergentes num único espaço: (1) o conde de Burnay e a sua vivência no palácio da Junqueira, incluindo bailes ou casamentos, feitos na capela do palácio; (2) o estudo sobre o palácio, quer a sua história, que começou em 1701, com d. José César de Meneses (1681-1755), principal da Sé de Lisboa, passando pelas transformações ocorridas, em meados do século XIX, pelo financheiro Manuel António da Fonseca, apelidado de Monte Cristo, quer, por fim, o palácio no tempo de Burnay, ao nível da arquitetura ou das decorações fixas (pinturas, estuques, esculturas e relevos etc.); (3) o teatro do palácio e a sua arquitetura, comparando-o com outros teatros privados que havia noutros palácios contemporâneos. Para tal, iremos partir das informações já existentes sobre essa temática, que versa sobretudo sobre o conde de Burnay e esse palácio, mas é escassa relativamente ao teatro. Entre os estudos já existentes, incluem-se os trabalhos Giulia Rossi Vairo¹ sobre a coleção de Burnay; mas também um artigo de Isabel Mendonça sobre a decoração da escadaria.²

Para avançar na pesquisa, iremos abordar a informação disponível no Arquivo da Torre do Tombo, em grande medida inédita, mas também serão utilizados outros documentos, como o álbum de fotografias disponível no site *A Casa Senhorial*. A abrangência dessa proposta inclui a arquitetura palaciana e a transformação das casas nobres no século XIX. Abrange, também, as artes decorativas, a arquitetura teatral e, por fim, as vivências sociais e privadas da nobreza e alta burguesia no século XIX. Esperamos, com este estudo, dar mais um passo no sentido de conhecer melhor a sociedade oitocentista e as suas vivências dentro do espaço da sua casa.

¹ VAIRO, Giulia Rossi. *La collezione Burnay nel Museu Nacional de Arte Antiga di Lisbona*. 2.000. Dissertação (Especialização História da Arte Moderna) – Università degli Studi di Roma “La Sapienza”, Facoltà di Lettere, Roma, 2001; VAIRO, Giulia Rossi. Henri Burnay: o homem público e o homem privado. In: MATTOS, Maria Antónia Pinto de (Org.). *Henri Burnay*: de banqueiro a colecionador. Lisboa: Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2003. p. 29-39.

² MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. Do rei d. Fernando II ao presidente Sidónio. A pintura de claro-escuro em palácios da região de Lisboa – Paolo Pizzi, Pierre Bordes, Eugénio Cotrim. *Actas do III Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores*. Porto: Universidade Católica Editora; Citar – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, 2018. p. 177-192.

O impacto estilístico de José Isella na cidade de Pelotas, RS: a reforma do Casarão nº 02 e suas semelhanças com os Casarões nº 06 e nº 08

Clarissa Martins Neutzling, Carina Faria Ferreira e Annelise Costa Montone

A cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, é conhecida pelo seu acervo arquitetônico eclético historicista com diversos exemplares, em especial no centro histórico, situado no entorno da praça Coronel Pedro Osório. No seguimento da rua Félix Xavier da Cunha, percebem-se três residências, lado a lado, conhecidas atualmente como Casarão nº 02, Casarão nº 06 e Casarão nº 08, construídas ou modificadas no fim do século XIX, e encomendadas pelo barão do Butuí, barão de São Luís e conselheiro Antunes Maciel, respectivamente, que faziam parte de importantes famílias no contexto social da época.

O Casarão nº 02, entretanto, destaca-se por seu histórico de transformação arquitetônica, tendo sua reforma assinada pelo arquiteto italiano José Isella. Atualmente conhecida por abrigar o Centro Cultural Adail Bento Costa e a Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, a edificação tem sua construção datada aproximadamente em 1830 e manteve, por meio de séculos, suas características luso-brasileiras. Em 1880, porém, suas fachadas foram modificadas para uma leitura eclética, recebendo diversos ornamentos característicos do estilo e tendo suas aberturas e cobertura alteradas.

Por meio disso, este trabalho tem como objetivo apresentar o impacto do projeto de José Isella no Casarão nº 02, fazendo um comparativo entre os outros dois exemplares ecléticos, também tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1977. Pretende-se, assim, demonstrar o porquê da autoria dos projetos das outras duas residências também ter sido atribuída ao arquiteto italiano, mesmo não havendo documentação comprobatória. Outro ponto a salientar é a importância da presença de Isella para a identidade arquitetônica pelotense do final do século XIX, com suas técnicas construtivas e sua metodologia estética, não mais usuais nos dias de hoje, e que caracterizam e evidenciam sua assinatura.

Dessa forma, além de fortalecer a preservação cultural desses bens imóveis na atualidade, reforçam as dúvidas sobre sua participação no projeto dos Casarões nº 06 e nº 08. O trabalho se desenvolverá por meio da pesquisa histórica sobre a atuação de José Isella na cidade de Pelotas no período supracitado, enfatizando a transformação estilística e construtiva do Casarão nº 02, contrapondo com as características explicitadas nas outras duas edificações. Esses exemplares, igualmente importantes para a cidade, estão inseridos no *site A Casa Senhorial, Portugal, Brasil e Goa, Anatomia dos Interiores*, e os casarões de nº 06 e nº 08 foram foco de estudos comparativos que mencionaram o arquiteto italiano e descreveram seus elementos arquitetônicos. Assim, busca-se uma nova perspectiva ao direcionar a investigação para a remodelação do Casarão nº 02, relacionando as origens comuns das três residências, de maneira a reforçar a identidade cultural, arquitetônica, histórica e construtiva de Pelotas por meio dos projetos de José Isella.

Palacete Pinakothek. Projeto e construção de Eduardo V. Pederneiras

Denise Vianna Nunes

Este trabalho apresenta o Palacete Pinakothek, construído em 1918 e ainda existente na rua São Clemente 300, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente projetado para a residência da família do empresário Carlos Alberto Brandão Martins de Oliveira, hoje abriga a organização Pinakothek Cultural. Sua fachada principal ilustra os *flyers* de divulgação da Eduardo V. Pederneiras – Architectura e Construcções em publicações do início da década de 1920.

Eduardo Pederneiras (1888-1979) concluiu de seus estudos na Europa e se formou em engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1910. Era um profissional culto e bem relacionado e fortemente ligado a valores franceses. Iniciou sua vida profissional nas empresas do padrinho, o empresário Eduardo Guinle, e manteve esse vínculo por toda a vida profissional. Em 1921, a Companhia Construtora Pederneiras foi fundada como empresa individual em Petrópolis, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Na década de 1930, os membros da família Guinle e Rocha Miranda vieram a integrar formalmente o quadro social da construtora já estabelecida no Rio de Janeiro e a empresa se tornou uma Sociedade Anônima com forte atuação em todo o Brasil até a década de 1970, construindo e, muitas vezes, projetando obras de diferentes escalas, como residências, escolas, clubes e edifícios em altura para hotéis, escritórios e apartamentos.

O Palacete Pinakothek é uma edificação composta por dois pavimentos no corpo principal e um anexo, originalmente com um pavimento. É um “solar eclético classicizante com imponente fachada revestida em argamassa frisada e estuque”, segundo o *Guia do patrimônio cultural carioca de bens tombados*.¹ Foi tombado pelo Decreto nº 6934 de 1987 e restaurado na década de 1990, quando sofreu modificações internas. Atualmente está em excelente estado de conservação. Pretende-se identificar a organização e a articulação dos seus espaços internos originais, de modo a tornar possível a análise comparativa com os interiores de outros palacetes de seu período em pesquisas futuras. Acredita-se, assim, contribuir para o conhecimento da história urbana do Rio de Janeiro.

As fontes primárias de informação são o acervo do atual proprietário e material iconográfico do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do Instituto Moreira Salles (IMS) e do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ). Além desses, serão consultados a Hemeroteca da Biblioteca Nacional e os Projetos de Alinhamento da Prefeitura para o logradouro. Diversas fontes secundárias serão consultadas, entre os autores: Carlos Lemos, Bittar e Veríssimo e Jeffrey Needell. Este artigo se insere no grupo de pesquisa: Transformações nos Modos de Morar do Século XX – da Casa ao Edifício, que a autora coordena na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (EAU-UFF).

¹ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Guia do patrimônio cultural carioca: bens tombados*. Coordenação geral: Washington Fajardo. (5. ed.). Rio de Janeiro: Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, 2014. p. 30.

O relógio como ornamento da platibanda em Belém, PA

Marcia Ribeiro Nunes

Ao longo dos séculos XIX e XX, a cidade de Belém do Pará ficou conhecida como a “porta de entrada da Amazônia” por vários motivos; entre eles, por ser a cidade brasileira que mais recebeu elementos arquitetônicos importados da Europa no contexto da Belle Époque nas suas fachadas, em especial nas mais ricas platibandas. O coroamento das fachadas buscava destacar ou caracterizar a função tipológica da edificação ou ser usado como um símbolo que o proprietário queria transmitir referente aos valores defendidos na época da Revolução Industrial.

Em Belém, as residências com uso notório de ornamentação nas suas platibandas são denominadas de palacetes, denotando requinte para as edificações pertencentes às famílias da elite que contratavam um arquiteto para atender suas exigências na representação arquitetônica e mudanças de comportamento, o que significou a introdução de um novo estilo de morar. Francisco de Castro, proprietário comerciante português, foi o primeiro a trazer o luxo da França e fazer com que isso transbordasse pelas ruas de Belém de forma intensa, num magazine denominado *Paris N'América*, localizado na rua Santo Antônio, nº 132. A maioria dos projetos arquitetônicos e urbanísticos construídos durante a Belle Époque paraense levam a assinatura de engenheiros e arquitetos estrangeiros, assim como a mão de obra. Para concepção do projeto arquitetônico, Francisco de Castro contratou o projeto da nova loja de modas de Filinto Santoro. A empresa que construiu o *Paris N'América* foi a firma Salvador Mesquita & Cia., sob o comando de Raimundo Viana, um dos estetas da época. Novidade, audácia e modernidade pontuaram o projeto dessa casa comercial numa arquitetura adaptada às necessidades do comércio e à residência particular do proprietário.

Este artigo busca entender a relação entre proprietário, construtores e artífices na proposta de projecção da fachada, atribuindo novas técnicas e materiais, em que é inserido um relógio como ornamento principal da platibanda e a relação dessa “encomenda” com a edificação.

A casa senhorial capixaba no início do século XX: a modernização do habitar *pari passu* à secularização e a nova sociabilidade que se introduzia na cidade

Nelson Porto

Os nossos estudos ultimamente têm evidenciado a importância da engenharia na modernização da cidade brasileira na segunda metade do século XIX, particularmente na cidade de Vitória, Espírito Santo. Modernização essa que não se dá apenas nos aspectos urbanísticos técnicos, como a eletrificação da cidade e sua sanitização com a introdução da água encanada e do esgotamento sanitário, mas, sobretudo, nos aspectos laicos e lúdicos que introduzem na antiga cidade colonial-imperial uma nova sociabilidade até então desconhecida: a dos parques públicos e cafés, teatros e cinemas, de clubes esportivos, saraus e a presença, ainda de forma tímida, mas marcante, da independência da mulher nesse espaço público.

Ora, junto a essa reurbanização que propicia essa nova sociabilidade, surge também uma nova forma de habitar: a casa das classes abastadas capixabas das primeiras décadas do XX é radicalmente distinta daquela casa do XIX, ainda fortemente ancorada nas tradições do habitar colonial. Essa nova casa incorpora não apenas cômodos com funções até então inexistentes, configurando novos programas distributivos voltados ao receber social e ao lazer, mas também é inserida em um contexto novo da cidade – no caso de Vitória, a Vila Moscoso –, implantada, muitas vezes, no meio de jardins paisagísticos com funções lúdicas e sociais e comportando anexos de apoio como edificações para os serviços e para o abrigo de automóveis.

O propósito deste artigo é demonstrar que a casa senhorial capixaba do início do século XX decorre de uma transformação radical na urbe do século XIX; laicizar e reurbanizar a cidade colonial permitiu a criação de espaços públicos antes inexistentes que propiciaram uma nova sociabilidade e demandaram um novo habitar. A nossa pesquisa baseia-se em fontes documentais como a iconografia de época; a cartografia da segunda metade do século XIX de Vitória e do início do XX; os registros fotográficos; e as plantas arquitetônicas, que começaram a ser arquivadas, à época, nos serviços municipais de fiscalização e autorização. Além disso, complementamos a pesquisa da vida social com o acesso aos periódicos locais do período, que eram prenhes de informações corriqueiras, mas cheias de sentido para o pesquisador dos costumes. Enfim, nosso propósito é considerar a nova forma de habitar um produto decorrente da intervenção meticolosa da ciência da engenharia na cidade e nos seus espaços.

De Bananal a Petrópolis: a representação social da família Gomes Nogueira

Eduardo Schnoor

Este trabalho parte de um conjunto de inventários e imagens para comentar a trajetória de uma família senhorial do período do café – constituída pelo capitão de ordenanças Hilário Gomes Nogueira, seu genro, Brás de Oliveira Arruda, e por sua filha e esposa de Brás, Alda Maria Nogueira –, suas moradias e bens.

Conta-se, para isso, com os inventários de Brás de Oliveira Arruda de 1828, de Maria Josefa do Nascimento de 1842, esposa de Hilário, e de Alda Maria Nogueira de 1859, que informam sobre seus bens. O inventário de Brás de Oliveira Arruda quebra com o paradigma de que os fazendeiros de café do início do XIX viviam de forma rústica. O de Maria Josefa do Nascimento, mesmo sendo menos descritivo do que o de Brás Arruda, é relevante por terem ela e Hilário vindos de Baependi, Minas Gerais, no final do século XVIII para formarem fazenda na sesmaria das Três Barras, situada em Bananal, São Paulo. Hilário sai de Minas no ano da diáspora causada pelas sentenças condenatórias da Inconfidência Mineira. O inventário de Alda Maria Nogueira revela uma rica descrição da casa de Petrópolis. Outra residência, em Laranjeiras, Rio de Janeiro, mereceu detalhado anúncio, descrevendo casa e mobiliário, quando foram colocados à venda por sua filha Alda Romana, antes de mudar-se para Paris.

As imagens consistem em duas aquarelas de autoria do pintor austríaco Thomas Ender, de sua viagem a São Paulo em 1817, identificadas como *Plantações de açúcar e café de Hilário* e *Pouso Seco*, propriedades de Hilário Gomes Nogueira e Brás de Oliveira, respectivamente. As fotografias da casa de Alda Maria Nogueira em Petrópolis, considerada por Charles Dunlop a decana das casas de Petrópolis, são de autoria de Klumb; e a fotografia de tropa carregada de café, destacando o arrieiro de tropa e tocadores da Fazenda Monte Café, de Alda Romana de Oliveira, casada com o moço fidalgo Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, é de autoria de Marc Ferrez.

O que desejo apresentar é como as representações sociais desse grupo parental se modificaram no decorrer do século XIX, tomando por base três momentos relevantes. Em 1817, o café estava em fase de implementação, sendo que as principais plantações se encontravam na região de São Marcos/Areias. Em 1859, quando o inventário de Alda Maria é aberto, o café dominava a economia nacional e a representação social atingia seu apogeu, que perdurou até a quebra do Banco Souto e o início da Guerra do Paraguai. E a Fazenda Monte Café representa o final da cultura cafeeira na província fluminense, o esgotamento do solo e a decadência do sistema de trabalho baseado na escravidão, cujo declínio se iniciou em 1871 com a promulgação da Lei do Ventre Livre.

Este estudo pretende, assim, contribuir para a compreensão de como bens e propriedades articulavam a representação desses grupos familiares da elite fluminense, suas alianças, estratégias e investimentos em meio ao ciclo do café.

José Maria Villaronga, a clientela opulenta e as primeiras encomendas na Província do Rio de Janeiro

Ana Claudia de Paula Torem

Este trabalho pretende discutir de que maneira o pintor-decorador espanhol José Maria de Villaronga y Planella (1819-1894) constituiu suas relações profissionais nas cidades de Vassouras e Valença, durante o apogeu cafeeiro. Não por acaso, o momento correspondeu, também, ao ápice de sua carreira artística nos principais polos produtores das províncias fluminense, paulista e mineira. Esse sucesso se deu em virtude de o catalão ter vivido plenamente inserido na sociedade escravista do vale paraibano, desfrutando da excelente demanda por trabalhos decorativos e arquitetônicos, bem como partilhando dos principais valores profissionais pelos abastados clientes fazendeiros: a posse de terras e de escravos.

Nosso objetivo é demonstrar, que, como peça do contexto social, cultural e econômico da região, entre 1850 e 1865, Villaronga, na qualidade de agente histórico desse contexto, esteve intimamente articulado à sociedade vale-paraibana do período, caracterizado pelas largas fortunas latifundiárias, desfrutadas pelos membros da classe senhorial escravista. Buscamos evidenciar, igualmente, que sua primeira campanha artística foi solidamente construída e articulada às redes de sociabilidade mantidas na região centro-sul cafeeira, das quais Villaronga participou como indivíduo culto, artista acadêmico e importante membro da dinâmica social provinciana. Por isso mesmo, sua principal clientela se fundou a partir dessas relações, que abarcam os grandes e megaproprietários rurais, comissários de café, políticos, capitalistas, barões e viscondes, todos fortemente engajados com a ordem social escravista do Império.

A fim de alcançarmos os objetivos mencionados, buscaremos descrever as conexões profissionais, assim como as relações sociais e de compadrio vivenciadas no seio das sociedades vassourense e valenciana, demonstrando que Villaronga não era apenas um pintor itinerante, mas um proprietário de terras e de escravos, no pujante Vale do Paraíba fluminense. Podemos dizer, que, a partir da segunda metade do século XIX, a riqueza proveniente da mão de obra escrava na região centro-sul cafeeira, financiou em grande medida os trabalhos decorativos e arquitetônicos de José Maria Villaronga.

Desse modo, foi possível constatar que o catalão se estabeleceu como um artista participante do regime escravocrata de produção, que enriqueceu o Vale do Paraíba e toda a nação, colocando seus serviços artísticos e decorativos a serviço do Império.

Casa da Hera e os segredos de família

Marco Antônio Xavier

Quantos são os segredos que podem ser guardados entre quatro paredes? As casas aristocráticas são espaços sociais marcantes para se esconder e ser visto, secretar ou ressaltar, com seus vários cômodos e ambientações.

Como teriam as irmãs Francisca Bernardina e Eufrásia Teixeira Leite – nascidas em meados do século XIX, na florescente Vassouras, Rio de Janeiro, sob a prosperidade proveniente da plantação e comércio de café – se tornado eficientes financistas, contrariando o esperado da época? Qual o papel da Casa da Hera nessa história?

Com a impossibilidade de legar sua herança a um filho homem, o pai delas, Joaquim José Teixeira Leite, deve ter pensado nas opções que tinha. Para um pai de família daquela época, a única alternativa aceitável era arranjar bons casamentos das filhas com tios ou primos mais velhos, que assumiriam os negócios, com grande possibilidade de dilapidarem a fortuna da família. Mas Joaquim era um homem pragmático, culto e aberto a novas possibilidades. O fato de haver sido conselheiro do Império, presidente da Câmara de Vassouras, comissário de café, mestre maçom e financista, com formação de bacharel em direito, não o colocava automaticamente “fora da curva”; mas suas ideias sim.

Não há como afirmar indubitavelmente que ele tenha preparado e ensinado as filhas para o mundo dos negócios, mas não se vê outra fonte de informação/formação para elas. Na sociedade aristocrática e patriarcal do século XIX, essa seria uma tremenda afronta a alguns valores em que se assentava, como a submissão das mulheres e a atividade agrícola baseada na escravidão. O simples uso da eclética biblioteca do pai (preservada no Museu Casa da Hera), não seria o bastante para prepará-las para o mundo masculino e fechado das finanças; elas necessitariam, também, de ensinamentos e discussões para melhor entender a importância de cada livro ou volume e devem ter conseguido, durante a adolescência e início da idade adulta, naquele cômodo da casa. A biblioteca foi o espaço definidor do futuro delas e uma análise mais detida nos títulos das obras pode demonstrar isso.

Com a morte dos pais, entre 1871 e 1872, elas sabiam que a sociedade imporia uma forte censura moral se permanecessem “desassistidas”, sem um homem para controlar suas vidas e finanças. Mas, legalmente emancipadas, partem para a França em 1873. O único laço que não foi quebrado com o Brasil, além das amizades, foi a propriedade de Vassouras.

Nesse ponto, devemos destacar a profunda ligação emocional que tinham com a propriedade e a memória do pai. É bem conhecida a frase de Eufrásia: “*Não mexam na casa de meu pai...*”.

Essa ligação emocional passa pelos momentos de vivência na casa, com uma formação que podemos dizer secreta, na medida em que não era de conhecimento das pessoas alheias ao ambiente familiar. Assim, o casarão se tornou um ambiente instigante e definidor do futuro das Teixeira Leite; para além de morada e abrigo, tendo sua biblioteca como espaço efetivo de informação, formação e mudança.



Palácio Santana da Silva, Margão, Goa.

Foto: Helder Carita.

Fonte: Arquivo pessoal.

TEMA II

Identificação das Estruturas e dos Programas Distributivos e o
Estudo de Nomenclaturas Funcionais e Simbólicas de cada Espaço.

Fazenda Boa Vista e Solar Luciano José de Almeida: um comparativo entre casas rurais e urbanas do ciclo do café em bananal

Clara Albani

Este trabalho se originou de um estudo dos principais conjuntos residenciais das elites oitocentistas do Vale do Paraíba paulista, desenvolvido no âmbito do projeto “A casa de elite do Brasil oitocentista: casas rurais e urbanas do ciclo do café”, da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Em meados do século XIX, o município de Bananal se destacou como o principal produtor de café da província de São Paulo, tornando-se um dos mais importantes centros políticos do país. O crescimento exponencial do cultivo de café gerou riquezas para os agricultores escravistas locais, que se transformaram em grandes senhores rurais, construindo casas de vivência nas fazendas, além de imponentes solares urbanos.

Nesse cenário, sobressaiu o comendador Luciano José de Almeida (1795-1854), senhor de terras e de homens, relacionado à fase pioneira de constituição das fortunas locais, anterior à geração dos barões e viscondes. Ele acumulou uma das mais vultosas fortunas do Império, resultando na construção de inúmeras propriedades. Entre elas, destaca-se a Fazenda Boa Vista, uma das maiores e mais antigas do Vale do Paraíba. Os interiores da residência revelam espaços com uma certa rusticidade, condizentes com o momento de sua construção, ocorrida na primeira metade do século XIX, durante a fase da expansão cafeeira.

Entretanto, o programa distributivo da casa e seus “recheios” já evidenciam transformações nas concepções de morar e de receber, observadas pelo aparecimento de bens de representação social importados e pelo tratamento decorativo dos compartimentos sociais. Durante as fases de expansão e de apogeu da produção cafeeira, era comum que ricos fazendeiros possuíssem residências nos centros urbanos próximos de suas fazendas. Foi nessa conjuntura que, em 1847, ocorreu a construção do Solar Luciano José de Almeida. Na concepção original do sobrado, o pavimento superior concentrava grandes salões, que se abriam para sacadas de frente para a rua. Observa-se um refinamento arquitetônico da residência urbana em relação à morada rural da família, pois era ali que Luciano José de Almeida e sua esposa, Maria Joaquina de Almeida (1803-1882), recebiam convidados ilustres e proporcionavam grandes bailes, ostentando poder e riqueza. Por outro lado, a Fazenda Boa Vista ficava mais restrita ao convívio dos parentes e de pessoas próximas.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo contrapor duas residências bastante significativas no contexto rural e urbano de Bananal: a Fazenda Boa Vista e o Solar Luciano José de Almeida. Pretende-se evidenciar o programa distributivo das casas por meio da reconstituição dos ambientes primitivos, relacionando-os com seus elementos decorativos e bens móveis. Para tanto, a pesquisa conta com registros iconográficos pertencentes ao Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com inventários dos proprietários e com o aporte da bibliografia correlata. Acredita-se que, ao pontuar as peculiaridades existentes entre as residências urbanas e rurais elencadas, será possível contribuir para a elucidação das formas de morar das elites estabelecidas no Vale do Paraíba paulista durante o Oitocentos, bem como compreender as articulações sociais dessas camadas. Por outro lado, este trabalho também auxilia na difusão do patrimônio bananalense, documentando o passado da cidade e colaborando para sua preservação.

Jardins e espaços recreativos na dependência da casa senhorial da época moderna nos Açores

Isabel Soares Albergaria

O jardim formal, nos raros casos em que ocorre, revela uma vontade de aparato nas casas senhoriais situadas dentro do perímetro urbano ou na periferia dos aglomerados mais importantes. Espaço desviado dos olhares públicos, o jardim conforma-se geralmente entre muros elevados e contém água corrente, além do desenho recortado dos canteiros de buxo e de uma ou outra espécie exótica de maior porte. Mas nem só o jardim constrói o *locus amoenus* que envolve as residências: o sistema de passeios sobrelevados, pérgulas, fontes, pomares ordenados, muros com conversadeiras e mirantes são outros tantos signos de um uso recreativo do espaço natural. Este estudo pretende abordar os diversos componentes da dimensão recreativa ligada à fruição dos elementos naturais e paisagísticos com base na análise de alguns exemplos açorianos dos séculos XVII ao XIX. A partir da análise comparativa entre os exemplares selecionados, é possível construir relações dominantes na distribuição dos vários componentes espaciais, articulando sentidos direcionais e sítios de estar com o respectivo mobiliário e associados ao sistema de vistas.

Os espaços da intimidade e da privacidade nas habitações burguesas em Salvador da Primeira República

Maria do Carmo Baltar E. de Almeida

As investigações sobre a habitação burguesa produzida entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, em Salvador, de uma maneira geral, privilegiam a descrição dos espaços destinados à vida pública, os salões, relegando a um segundo plano as pesquisas sobre os espaços reservados à privacidade da família. Esta pesquisa procura analisar, dentro da nova configuração proposta para a chamada “arquitetura moderna”, a zona íntima da habitação, investigando o programa (cômodos principais e secundários), suas denominações e funções, o agenciamento e hierarquia espacial desse setor dentro do projeto do edifício.

Na primeira etapa, são analisados os projetos arquitetônicos das habitações situadas em zonas urbanas ocupadas pelas classes mais abastadas, os “bairros nobres”, a saber, Campo Grande, Vitória, Canela, Graça e Ladeira da Barra. A análise de fontes primárias, particularmente dos projetos arquitetônicos já levantados no Arquivo Público Municipal, junta-se à pesquisa em trabalhos acadêmicos de áreas afins, como aqueles de decoração de interiores e de gênero, além de jornais, almanaques e periódicos femininos em circulação na cidade. Estudos anteriores já demonstraram que, na habitação burguesa em Salvador, a zona íntima desenvolve-se em pavimento distinto daquela social e de serviço, interligados por escadaria, cuja monumentalidade varia com o poder aquisitivo do proprietário, e, mais raramente, por um elevador.

Nesta pesquisa, verifica-se que, organizados a partir de um hall/vestíbulo de chegada da circulação vertical, os quartos de dormir da família, os banheiros/W.C. (geralmente, um para todo o andar), quartos de costura, oratórios/capelas, vestiários/toilettes, boudoirs, varandas/terraços se distribuem segundo uma hierarquia, em um programa decorrente das demandas de cada morador. Nos palacetes da alta burguesia, os “grandes capitalistas”, como diziam os jornais da época, é possível distinguir na zona íntima dimensões distintas e um maior número de cômodos para os aposentos dos donos da casa: quartos individuais para a esposa e o marido, saletas particulares e/ou gabinetes de trabalho, além de varandas privativas. Tais aposentos também se destacam na composição volumétrica do edifício, seja pela posição, seja pelo tratamento arquitetônico, situados na fachada principal, mas resguardados pelo jardim, estabelecendo uma relação com a vista da rua. O conceito de intimidade e privacidade, aliado aos princípios de higiene e salubridade, definirão quartos de dormir individuais, sempre que possível, para cada membro da família, com boas condições de iluminação e ventilação. Nesse arranjo espacial, os banheiros, de modo geral, introduzem-se no programa à francesa, ou seja, próximos às escadas. A ideia de conforto, para além das dimensões dos cômodos, é conferida pela escolha do mobiliário e ambientação do espaço, sugerida pelos periódicos femininos que também apontavam modos de conduta e de vestir, mesmo para a intimidade.

Esta pesquisa pretende, ainda, ao estudar os projetos das zonas íntimas da habitação, verificar como as demandas arquitetônicas dos clientes, muitas vezes definidas a partir de uma regra geral, definem usos distintos daqueles projetados, indicando as rupturas e as longas permanências na forma de morar.

Solares ludovicenses: representação simbólica do Paço Imperial no Maranhão oitocentista

Cláudia Nunes de Lima Andrade e Leonardo Barci Castriota

Este artigo visa apresentar uma comparação entre a arquitetura do antigo Paço Imperial, resultante da ampliação do Palácio dos Vice-Reis no Rio de Janeiro para atender às necessidades da família real, ali instalada desde 1808, com a configuração de três edificações construídas pela elite de São Luís do Maranhão no período compreendido entre 1825 e 1836, reconhecidas atualmente como solares: o Solar dos Vasconcelos, sede da Superintendência de Patrimônio Cultural do Maranhão; o Solar dos Leite, antiga sede do jornal *O Imparcial*; e o Solar dos Gomes de Souza, onde atualmente funciona o Museu Histórico e Artístico do Maranhão. A comparação é feita em relação às estruturas, os programas distributivos, plantas, composição das fachadas, bem como de elementos integrados, no intuito de verificar se todas fazem parte de uma mesma família tipológica.

Dessa forma, insere-se em uma pesquisa mais ampla em curso, que investiga as relações causais do aparecimento dos “solares ludovicenses”. As referências indicam que o antigo paço foi projetado e construído pelo engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim a pedido do 1º conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, para abrigar a Casa dos Governadores, que ali esteve entre 1743 e 1763, no lugar onde anteriormente se localizavam os Armazéns Reais e a Casa da Moeda. Posteriormente, quando a sede do Vice-Reino foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, foi transformado em Palácio de Despachos, e novamente passou por intervenções para ampliação e melhorias, concedendo mais comodidade à família real, que o manteve como Paço da Cidade até a Proclamação da República. Acredita-se que a sua arquitetura, retratada em 1818 por Karl Wilhelm Von Theremin e, em 1839, por Thierry Frères, a partir de Jean-Baptiste Debret na gravura *Vue de la place du Palais, a Rio de Janeiro*, tem relação com as referidas edificações da capital maranhense, bem como com outros exemplares localizados no Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre outros estados, podendo ter servido de modelo.

Para além do comparativo das características arquitetônicas entre as quatro edificações, os resultados desta pesquisa contribuem para entender a adoção de um tipo arquitetônico como ação social e assim reduzir as lacunas na historiografia da arquitetura luso-brasileira.

Individualidade e aparato: o regionalismo das coberturas internas na casa senhorial portuguesa

João Vieira Caldas, Mafalda Pacheco e Sérgio Costa

Se há várias tipologias arquitetônicas em que as relações entre o rural e o urbano são evidentes, assim como as relações com ambientes de localização e os que se situam na transição entre eles, a casa senhorial é uma das que mais se destaca no estabelecimento de pontes diversas, mas particularmente no que se refere à conceção espacial dos interiores. É claro que a liberdade de implantação e articulação das partes que constituem uma casa nobre em ambiente rural pode estar, embora não necessariamente, nos antípodas dos constrangimentos espaciais e até do “decoro social” a que estão condicionadas a implantação e a imagem de uma casa senhorial urbana.

Porém, não é desse tema que trata este artigo, tema que, aliás, seria mais apropriado numa análise feita sob a perspectiva dos exteriores que da “anatomia dos interiores”. Mas também não se centra na distribuição interna que, essa sim, pode ser diferentemente determinada conforme se refira a uma planta mais livre e articulada num terreno amplo, ou a uma planta mais compacta e apertada no seio do tecido urbano. Este trabalho dedica-se ao estudo do efeito espacial procurado em cada compartimento, enquanto unidade autônoma, por meio da forma, da aparência e do aumento de volume que o tipo de teto utilizado lhe confere. Em território português, sobretudo entre os séculos XVII e XIX, tanto nas casas senhoriais urbanas como nas rurais foram desenvolvidos dispositivos e técnicas de cobertura interna, tratados com acabamentos mais ou menos elaborados, mas sempre destinados a contribuir para o aparato e individualidade de cada espaço interno. Estão, entre os tipos de soluções que deles resultam, os chamados “tetos de masseira”, as abóbadas, as abobadilhas e as falsas abóbadas. O uso de cada tipo difere mais de região para região que entre as casas rurais e as casas urbanas no interior de cada região. Aliás, à medida que a investigação sobre o tema progride, esse uso tem-se revelado, em alguns casos, uma característica identitária da arquitetura aristocrática regional.

Este trabalho tem como objetivos principais a definição e apresentação dos tipos de cobertura interna mais frequentes na casa senhorial portuguesa do período em estudo e a problematização da hipótese regionalista já mencionada. Para tal, serão escolhidos e estudados pares de exemplos de cada um dos tipos de “tetos”, enumerados nas suas versões rural e urbana. Espera-se poder concluir com a elaboração de um mapa — ainda muito provisório — da distribuição territorial dos tipos de “tetos senhoriais” nas regiões portuguesas, nas quais este estudo se aprofundou.

Estudo para o palacete modesto leal a partir da estrutura, articulação e simbologia dos espaços interiores

Maria Pace Chiavari

O palacete do conde Modesto Leal, objeto desta pesquisa, fica no Rio de Janeiro, na rua das Laranjeiras, 304. Encomendada no início do século XX pelo comendador João Leopoldo Modesto à firma Antonio Januzzi & José Januzzi, a edificação resulta da reforma e ampliação de uma antiga chácara da década de 1880, que pode ainda ser percebida pela largura da fachada principal, na qual prevalece um andamento horizontal neoclássico. Vestígios dessa herança estão na planta quase quadrada da nobre construção de dois andares, mais o subsolo. Diferencia-se a parte posterior, de um só andar, constituída pela sala de jantar, a sala de almoço, a cozinha e a parte de serviços. No lado esquerdo do prédio, uma escadaria de mármore leva à porta de entrada que dá acesso a um vestíbulo retangular. Ao se dirigir à esquerda, estão as áreas destinadas às recepções sociais. Desenhos elaborados, em diferentes espécies e cores de madeiras, tanto no forro das paredes, como no piso, caracterizam a primeira sala. Contribuem para a identidade de cada ambiente os detalhes nas portas, janelas e luminárias, a decoração dos tetos, resultado das combinações de madeira ou se valendo de obras de pintor conhecido, como no salão nobre. Confirma a valorização da madeira a escada helicoidal, que se articula no *hall* central, iluminada por uma claraboia com desenhos de flores. No primeiro andar, onde encontram-se as dependências familiares, o desenho original do pavimento, em madeira, permite recompor a sala tradicional de encontro familiar, posteriormente dividida pela criação de um novo quarto e banheiro. Um estudo baseado na combinação de pesquisas – as diretas no local e as elaboradas em arquivos – permite reconstruir a história arquitetônica do palacete e a disposição de seus interiores. Por serem desprovidos de qualquer mobiliário, propõe-se dar particular enfoque à decoração em madeira para conhecer melhor sua história e as técnicas.

A Quinta da Praia entre Fernão da Silva e o 6º marquês de Marialva

Sabina de Cari e Helder Carita

Demolida em 1962, a Quinta da Praia, em Belém, foi durante séculos um elemento fundamental da imagem de Lisboa, formando, com a Torre de Belém e os Jerónimos, uma entrada de aparato à capital do reino. A par do seu significado simbólico e paisagístico, a Quinta da Praia constituiu um caso emblemático da arquitetura civil portuguesa, cuja cronologia de construção e opções estéticas se pretendem esclarecer neste estudo para uma incorporação mais correta do edifício na história da casa senhorial.

Para o estudo, reunimos documentação escrita com a vasta iconografia da casa que se estende entre os séculos XVII e XVIII, cruzando-a com o levantamento arquitetônico, realizado a pedido do 6º marquês de Marialva. Desconhecidas na comunidade científica, essas plantas antigas testemunham pressupostos de racionalismo geométrico de base proporcional claramente afetos a um classicismo tardio de raiz tratadística. Marcada por quatro torreões situados nos cantos de um retângulo de base proporcional, constatamos que a planta da casa acusa um invulgar rigor conceptual, desdobrando-se num conjunto de formas geométricas, permitindo integrar a Quinta da Praia numa arquitetura chã promovida pela Provedoria de Obras Reais.

No estudo dessa casa, destacam-se, ainda, os desenhos encomendados por Fernão da Silva, hoje guardados na Biblioteca Nacional de Espanha, para o projeto dos jardins de sua casa e que atestam o grau de elaboração da quinta sendo, por outro lado, um elemento fundamental para a análise dos pressupostos arquitetônicos presentes na construção do edifício.

Shrines at Goan houses

Alinto Coelho

Spaces for Worship in Goan heritage houses have a dedicated room for prayer and worship. These rooms in some cases were called Chapels, and in most cases were altar rooms or Oratorio. Is there a difference between Chapels and altar rooms? Yes, there is. Chapels are altar rooms within the house where mass was celebrated regularly and the general public was permitted to attend. One had to enter the main house and then proceed to the Chapel inside the house to partake in the eucharistic celebration. In the houses where mass was never said regularly the room for prayer and worship is called an altar or oratorio. Oratorio is the Portuguese word for the altar. It was through a decree by the Second Vatican Council in 1965 that discontinued the practice of having masses at the private Chapels inside Goan houses. However, if the Chapel was located adjacent to the house with a direct external entry, the general public could enter the Chapel without entering the Goan house. In such situations, masses were allowed to be held for the general public and these Chapels continued to have regular Sunday masses to date.

Casas rurais sul-mineiras: apontamentos para um estudo comparativo – século XIX

Rafael Augusto Silva Ferreira e Antônio Fernando dos Anjos Abrão

A casa senhorial rural mineira, para além de simples morada, é um elemento revelador das dinâmicas sociais e dos modos de habitar. Nos municípios mineiros de Guaxupé e Machado, situados na porção sudoeste do estado de Minas Gerais, são encontrados exemplares arquitetônicos cujos programas distributivos cristalizam as transformações sofridas no partido arquitetônico no decorrer do século XIX. Apesar de estarem, muitas vezes, à parte de ações de preservação do patrimônio material, essas casas senhoriais são relevantes no histórico de formação dos municípios e compõem, em conjunto, um rico patrimônio arquitetônico e de paisagem. O território desses municípios foi ocupado, no início do século XIX, por migrantes mineiros da Comarca do Rio das Mortes, que fundaram fazendas para a criação de gado e gêneros de abastecimento para a Corte, e foi consolidado na passagem do século XIX ao XX, no contexto da lavoura de café, que impulsionou o desenvolvimento da região, com a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana.

As fazendas analisadas estão ligadas às famílias de alguns dos primeiros povoadores (caso de Machado) ou dos fundadores dos núcleos urbanos (caso de Guaxupé). O objetivo desta pesquisa é apresentar uma análise comparativa das casas senhoriais rurais das fazendas Santa Maria e Nova Floresta, localizadas em Guaxupé, e da Fazenda Centro, situada em Machado. A investigação está centrada no partido, na implantação, no sítio e na relação com o entorno, no programa distributivo, na organização interna e nas técnicas e sistemas construtivos. É uma pesquisa em estágio inicial sobre a arquitetura rural mineira, que pretende incluir outros municípios da região sudoeste de Minas Gerais, de modo a construir um quadro comparativo e um inventário das propriedades ligadas à economia do café, no decorrer do século XIX.

Este trabalho busca discutir a circulação de tipologias residenciais, fortemente expressas nos esquemas distributivos internos e nas dimensões dos ambientes, os quais revelam, sobremaneira, a permanência de uma organização centrada no contato cotidiano com pessoas alheias ao núcleo familiar, recebidas em alcovas, salas e demais aposentos destinados a acolher pessoas em trânsito. A metodologia baseia-se nas contribuições de Lemos¹ e Cruz,² incluindo os seguintes procedimentos metodológicos: levantamentos métricos e fotográficos nas propriedades, pesquisas documentais e iconográficas. A análise das casas senhoriais elencadas aponta para a evolução do partido arquitetônico e dos programas distributivos, com a introdução de novos usos e costumes, técnicas construtivas e de um vocabulário neoclássico. Permanece, no entanto, uma organização espacial característica das casas senhoriais rurais, nas quais há dependências destinadas a pessoas estranhas ao núcleo familiar, caracterizando um partido típico da arquitetura rural sul-mineira.

¹ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.

² CRUZ, Cícero Ferraz. *Fazendas do sul de Minas*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

O Casarão de Magepe-Mirim, em Magé: estudos sobre a evolução de uma variação de um tipo de casa rural fluminense

Thiago Santos Mathias da Fonseca

O Casarão de Magepe-Mirim, localizado às margens da rodovia BR-493, é uma antiga edificação – e, possivelmente, sede da fazenda homônima – abandonada em Magé, Rio de Janeiro, apesar de ser protegida por tombamento municipal e, em nível federal, ser reconhecida como sítio arqueológico. Em razão das tratativas para elaborar as diretrizes gerais para orientar a prefeitura em sua recuperação, entendeu-se que as particularidades da proteção arqueológica seriam cruciais para a compreensão desse objeto a partir de seu valor como documento, cuja percepção é prejudicada pelas várias intervenções que ali se operaram ao longo do século XX: por um lado, é desejável buscar a unidade potencial da volumetria; por outro, as modificações constituem importantes testemunhos que narram os variados momentos históricos do bem.

A partir dessa inquietação, este trabalho tem como objetivo estudar as etapas de evolução dessa casa e sugerir hipóteses sobre a sequência de conformações volumétricas que a construção assumiu. Para tanto, o fio condutor é o artigo “Um tipo de casa rural do Distrito Federal e estado do Rio de Janeiro” – o qual empresta parte do seu nome ao título deste trabalho –, publicado em 1943 e de autoria de Cardoso Moreira, que identifica uma tipologia típica de sede de fazenda de açúcar, nos fundos da baía de Guanabara, compatível com o objeto do trabalho, ainda que no rol exemplificativo o autor não tenha feito menção a esse exemplar específico. Tal artigo será trabalhado com bibliografia complementar sobre a tipologia residencial relacionada à produção do açúcar.

A partir dessas leituras, veremos as filiações entre Magepe-Mirim e os demais exemplares mencionados por Cardoso Moreira e traçaremos paralelos programáticos em relação a outras sedes de fazenda, que auxiliarão no entendimento global do funcionamento da planta e da volumetria. De forma semelhante, as análises comparativas serão cruzadas com informações sobre o sistema construtivo da materialidade hoje existente, cujas características ajudam a estabelecer paralelos de antiguidade e contemporaneidade. As reflexões terão como objetivo auxiliar na formulação de hipóteses sobre as configurações volumétricas pretéritas desse bem e, finalmente, auxiliarão a estabelecer um momento histórico chave que será o norteador da proposta de intervenção a ser eventualmente desenvolvida para a edificação, facilitando, dessa maneira, identificar quais elementos são imprescindíveis para a compreensão da evolução do casarão.

Reconstituição conjectural de uma casa senhorial: estudo de caso da Chácara do Bom Retiro, na cidade de São Paulo, de Joaquim Egídio de Sousa Aranha (1883-1893)

Ana Beatris Fernandes Menegaldo e Renata Baesso Pereira

O acúmulo de capital proporcionado pela lavoura de café, a partir da segunda metade do século XIX, amplia o escopo das atividades lucrativas, incitando uma reorganização espacial das cidades paulistas, especialmente aquelas situadas na região oeste da província. À vista disso, este artigo, que é o desdobramento de uma pesquisa mais ampla, desenvolve um estudo de caso de uma propriedade, situada no espaço periurbano da cidade de São Paulo, conhecida como Chácara do Bom Retiro, adquirida, no final do século XIX, por Joaquim Egídio de Sousa Aranha, o marquês de Três Rios.

A materialidade desse exemplar de residência, construída no espaço periurbano, representa a afirmação da classe senhorial. Joaquim Egídio de Sousa Aranha, é filho de Maria Luzia de Sousa Aranha (viscondessa de Campinas) e Francisco Egídio de Sousa Aranha, membros de uma das principais famílias da nobreza, os Sousa Aranha. Em Campinas, Joaquim Egídio de Sousa Aranha ampliou o patrimônio familiar que recebeu como herança e, em função de sua ampla participação política, mudou-se para a cidade de São Paulo, ao final do século XIX.

Estuda-se, portanto, a tipologia fundiária da chácara como uma alternativa a outras “opções de morar”, entre a elite paulista, no final do século XIX. A investigação desse exemplar é pautada a partir da pluralidade documental, partindo do cruzamento de informações advindas de fontes primárias. Utiliza-se a análise dos autos do inventário *post mortem* de Joaquim Egídio de Sousa Aranha (1893) associado a outras fontes, como registros fotográficos, legislação vigente (Código Sanitário), anúncios junto à imprensa local (jornais e almanaque), ofícios e documentos sobre a edificação. Embasado no método do cruzamento documental, objetiva-se avançar no estudo desse exemplar, compreendendo como o entendimento dos ambientes senhoriais traduzem a condição material e de poder conquistada por Joaquim Egídio de Sousa Aranha e sua família. Diante da demolição dessa residência senhorial, a metodologia utilizada na pesquisa faz uso da documentação primária, a contar pelos autos de avaliação do inventário (1893) como principal fonte para sua reconstituição conjectural.

“Bellas lições sobre a arte da arquitetura”: a casa do barão de Mauá em Petrópolis

Ana Pessoa, Ana Lucia V. dos Santos e Andreza Baptista

Este trabalho aborda a casa construída em Petrópolis, e concluída em 1854, pelo empresário Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889), barão e visconde de Mauá, que será examinada em meio às tendências arquitetônicas e influências políticas em trânsito em meados do século XIX.

Irineu Evangelista foi o mais importante empresário do Segundo Reinado, com vínculos pessoais e profissionais ingleses, e ligações à maçonaria. Depois de sua primeira viagem à Inglaterra, em 1840, tornou-se industrial ao comprar o Estabelecimento de Fundição e Estaleiros da Ponta d’Areia, em 1846. Essa iniciativa seria seguida por várias outras, como a Companhia de Gás, com participação de capitais, engenheiros e técnicos ingleses, como os engenheiros Robert Milligan (1827-1876) e William Bragge (1823-1884). A construção da casa é contemporânea à construção da estrada de ferro que cobriria parte do percurso entre a Corte, no Rio de Janeiro, e Petrópolis, que resultaria no reconhecimento público de seu proprietário e na concessão de título de Barão de Mauá.

Esta pesquisa busca estabelecer as relações entre os técnicos ingleses envolvidos nos empreendimentos industriais de Mauá e a construção da casa. A construção, inicialmente um pavilhão de pavimento único, tem planta quadrangular, com decoração exterior de feição neoclássica. Chama a atenção a distribuição peculiar da planta arquitetônica, que tem o cômodo central marcado por um peristilo. Essa distribuição não é usual no Brasil imperial e remete aos princípios clássicos adotados pela arquitetura inglesa empregados pelo arquiteto maçom Inigo Jones, inspirado em Palladio e em Vitruvius. Serão analisados os projetos dos demais empreendimentos em curso, bem como serão verificados os manuais e tratados de uso corrente no período, como o *Vitruvius Britannicus*, e os princípios arquitetônicos propostos pela maçonaria na arquitetura, a fim de especular sobre as tendências adotadas e possíveis autorias.

Para este estudo, serão considerados desenhos, fotografias, plantas, escrituras, e a correspondência do casal inglês Martha e William Bragge, um dos engenheiros contratados por Mauá, obtida junto ao Sheffield City Archives, na Inglaterra. O estudo pretende contribuir para ampliar o entendimento sobre a influência da importação de tecnologia e de técnicos especializados, na circulação de tipologias e modelos no Brasil oitocentista.

Casas senhoriais: um delinear sobre os exemplares urbano e rural, de Manoel Alves Sarmento, em Bagé/RS

Laura Silveira Sarturi, Magali Nocchi Collares Gonçalves e Sandro Martinez Conceição

As “casas senhoriais” definem-se em variadas formas, como casa-torre, palácio urbano, solar rural, apresentando-se em uma estrutura simbólica de representação do poder de uma família e de sua hierarquia social. Assim, o objetivo desta pesquisa é discorrer sobre as duas “casas senhoriais” de Manoel Alves Sarmento – uma na cidade e outra na sua propriedade rural – implantadas no município de Bagé, Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai, ambas construídas na primeira década do século XX. Os exemplares exibem idiossincrasias em seus traçados, com referência à tradição clássica e às características distributivas dos seus interiores, vinculados a determinados padrões tipológicos, com roupagem do ecletismo e recursos decorativos em maior ou menor intensidade.

A casa urbana, projeto do arquiteto Pedro Obino, é um tipo de pátio em lote de esquina, fachadas tripartidas, com porão alto, platibandas vazadas e soteia. Do alpendre, com acesso em diagonal a partir de chanfro em 45°, redireciona-se a axialidade, ao se atingir o espaço interno para a acomodação de átrio central, em torno do qual se efetua a distribuição periférica dos cômodos. No exemplar decorado externamente com aplicação de gateiras ovais, frisos, “cachorros” e rusticações, percebe-se interiores com decoração intensa, em forros com pinturas ornamentais, lareiras, lambris e vãos em arcos plenos.

Já a casa rural, uma planta em “U” em simetria bilateral, projeto desenhado pelo próprio proprietário, o que revela um desejo pessoal de moradia, configura-se a partir de varanda frontal, a qual se prolonga às fachadas laterais, encimada por soteia alongada, que conduz às duas torres nas extremidades, o que sugere momentos de percepção visual à distância, em quatro direções. A partir do centro da composição, precedido da varanda, atinge-se os interiores, atravessando o estar e ampla copa, em que se desenvolvem compartimentos sequenciais interpenetrantes, em ambas as laterais, culminando em pátio posterior, delimitado pelas duas alas com funções de serviço. Observa-se nas fachadas aplicação de rusticações, rosáceas, “cachorros”, óculos, ameias, arremates em lambrequins metálicos, que contrastam com o interior simples, sem sofisticação.

A metodologia compreende, *a priori*, uma revisão bibliográfica seguida pela montagem de um quadro referencial relacionado aos exemplares e do estudo iconográfico, com base na iconologia de Panofsky na arte contemporânea.

Concluindo, espera-se por meio desta pesquisa, contribuir com o contexto historiográfico da arquitetura no Brasil, pelo estudo das duas “casas senhoriais” nos aspectos distributivos e simbólicos, como reflexo da época e do estilo de vida do senhor “Manoelito”, tanto na cidade, em exemplar ricamente decorado externa e internamente, quanto na Estância Santa Inês, que parece priorizar sua imagem externa com elementos de composição e de arquitetura periféricos, os quais se mostram de forma expressiva e sintetizam estratégias de enquadramento e de visualização da paisagem do pampa gaúcho.

O palacete do marquês de Barbacena x o Cassino Fluminense

Andrey Rosenthal Schlee

Este é um estudo comparativo entre duas obras arquitetônicas, de momentos distintos, atribuídas ao arquiteto gaúcho Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879). Na Biblioteca Nacional, está conservado um documento intitulado “Projeto de palacete situado à rua do Passeio na Cidade do Rio de Janeiro”, desenhado a bico de pena, nanquim e aquarela, elaborado no século XIX. Projeto arquitetônico com informações em francês, composto de três desenhos: o de implantação (*plan général*), com residência, jardim e cavalariças; o do pavimento térreo (*rez de chaussée*); e o do pavimento superior (*premier étage*). É o projeto do palacete do marquês de Barbacena, construído em lote que, antes, pertencia a José Egídio Álvares de Almeida (1767-1832), marquês de Santo Amaro. Por outro lado, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) dispõe de detalhado levantamento do chamado Cassino Fluminense, edificação igualmente erguida em frente ao Passeio Público carioca.

Este trabalho, a partir do cruzamento dos documentos disponíveis e do levantamento historiográfico, busca compreender as diferentes formas de ocupação e distribuição espacial de cada um dos projetos arquitetônicos e, por fim, sobrepondo os desenhos (em mesma escala), lança hipóteses sobre a cronologia construtiva e a autoria de ambos. Ou seja, esclarece as autorias dos projetos do palacete do marquês de Barbacena (c. 1837/Manuel de Araújo Porto-Alegre), da grande reforma para instalação definitiva do Cassino Fluminense (1855-1860/Louis Hosxe) e da reforma para a instalação do Automóvel Club do Brasil que, entre outras coisas, agregou uma marquise de ferro na fachada principal da edificação (1925/Joseph Gire).

As casas urbanas da elite no Vale do Paraíba fluminense – séculos XIX/XX: tipologias, partido e simbologia

Kátia Souza

As formas de morar revelam muito, não apenas das pessoas que habitam aquele lugar, mas também demonstram padrões e simbologias de uma época. É por meio da casa, cercada de objetos e equipamentos do cotidiano, que adquirimos conhecimento sobre seu proprietário e suas práticas culturais e sociais.

No Vale do Paraíba fluminense, encontramos um rico acervo de casas urbanas pertencentes a uma elite ligada à produção cafeeira do século XIX; no entanto, não foi apenas esse grupo que deixou um legado importante, embora seja o mais representativo. Famílias e grupos familiares de diferentes origens deixaram a sua marca na região em que se destaca a cidade de Vassouras e a família Teixeira Leite.

Foi na vila de Vassouras que a família Teixeira Leite se estabeleceu, contribuindo para o desenvolvimento da cidade que viria a se tornar o principal núcleo urbano do Vale do Paraíba fluminense. Nesse cenário, as casas ocupadas pelos membros da família Teixeira Leite na cidade são símbolos do poder e *status* que eles alcançaram no período áureo do café no Vale do Paraíba Fluminense. São o objeto de estudo, portanto, as casas ocupadas pelos membros da família Teixeira Leite e outras famílias ligadas à elite da cidade, compreendendo seus partidos e tipologias no âmbito da linguagem arquitetônica da elite cafeeira do século XIX.

O objetivo deste artigo é estudar o modelo de arquitetura residencial urbana associada às formas de morar adotada no Vale do Paraíba fluminense, tomando como primeiro levantamento as casas pertencentes à família Teixeira Leite e comparando-as com outros exemplares do mesmo período existentes na cidade de Vassouras.

As casas estudadas e pertencentes a membros da família Teixeira Leite são: a casa onde morou a Maria Gabriela Teixeira Leite, filha do barão de Itambé, atual Centro Cultural Cazuza; a casa situada a rua Chanceler Raul Fernandes, 121, que pertenceu a Francisco Carlos Teixeira Leite, filho do barão de Vassouras, atual Mara Palace Hotel; além das casas do barão de Vassouras, do barão de Itambé e Casa da Hera, essas já devidamente pesquisadas pelo próprio grupo de pesquisa As Casas Senhoriais Anatomia dos Interiores, mas que aqui aparecem a título de confrontação com os diferentes modelos e tipologias arquitetônicas. Além das casas pertencentes à família Teixeira Leite, estão sendo estudadas as casas próximas que configuraram o centro urbano de Vassouras como o solar do barão de Massambará, situado na rua Joaquim Teixeira Leite, 23; o palacete do barão do Ribeirão, antigo fórum e paço da cidade, situado na praça Barão do Campo Belo; e a casa que pertenceu ao dr. Caetano Furquim de Almeida, situada na rua Dr. Fernandes Junior, 41, atual colégio Santos Anjos.

Esse conjunto arquitetônico de casas configuraram exemplares de uma forma de morar que marcou a cidade no final do século XIX e ajudam a montar um panorama da arquitetura residencial urbana da cidade nesse período.

Este artigo tem como objetivo principal descrever as informações técnicas, históricas, tipológicas e simbólicas da arquitetura e forma de morar dessas residências por meio de três etapas:

a pesquisa histórica, a comparação com outros modelos arquitetônicos e a análise tipológica e simbólica da edificação. A pesquisa está sendo elaborada por meio de comparativos de tipologias de casas senhoriais construídas entre 1850 e 1890, salientando as semelhanças e diferenças encontradas nas plantas baixas, nas técnicas construtivas utilizadas, envasaduras e nos elementos integrados. As análises confrontam documentos de época existentes no arquivo da cidade e no escritório do Iphan, que representam parte significativa da pesquisa no que diz respeito às ocupações, compras e vendas dos imóveis. No entanto, os documentos não dão conta das diferentes intervenções sofridas pelos imóveis, o que compromete a sua percepção espacial. Nesse sentido, o comparativo baseado na teoria da arquitetura, materiais e técnicas construtivas se faz necessário.

A teoria da arquitetura dá base às análises desenvolvendo analogias com os métodos projetuais disseminados por manuais difundidos a partir do século XVIII, estudando plantas, elevações, aberturas e fechamentos que complementam a volumetria.

Sendo assim, a relação entre arquitetura, “estilos” e tipologias é estudada, buscando investigar o entrelaçamento entre noções estéticas e toda uma série de materiais e tecnologias surgidas a partir do século XVIII e presentes nas edificações estudadas.



Sala de jantar casa barão de Itambé, Vassouras, Brasil.

Foto: Ana Claudia Torem.

Fonte: Arquivo pessoal.

TEMA III

A Ornamentação Fixa: Azulejos, Tetos, Talhas, Pinturas, Estuques, Têxteis, Pavimentos, Chaminés/ Lareiras, Janelas, Portas, Paraventos e outros Bens Integrados.

Paisagens alegóricas: ornamentação em papel de parede com pinturas de paisagens tropicais no Palácio Itamaraty

Claudia Brack

O Palácio Itamaraty, no centro do Rio de Janeiro, foi encomendado pelo barão de Itamaraty, Francisco José da Rocha, sendo construído entre 1851 e 1855. O projeto é atribuído ao arquiteto José Maria Jacinto Rabello, discípulo de Grandjean de Montigny, um dos principais arquitetos do período. Suas linhas neoclássicas apresentam fachada sóbria, com vergas em arco pleno, além de diversos elementos compositivos característicos do período. O interior do Palácio tem todas as características dos solares do século XIX, e foi decorado com grande requinte.

O grande salão de jantares do Palácio Itamaraty é conhecido por sala do índio em virtude das cenas retratadas no papel de parede que recobre o ambiente. Esse revestimento, produzido pela companhia francesa Zuber & Cie., é obra do artista francês Jean Julien Deltil, baseado na obra de Johann Moritz Rugendas. Tais papéis de parede são produzidos continuamente desde o início do século XIX e continuam sendo comercializados pela Casa Zuber.

Rugendas chegou ao Brasil em 1821 como documentarista e desenhista da Expedição Langsdorff. Retornou à Europa em 1825 para dedicar-se à produção do álbum *Voyage pittoresque dans le Brésil*, editado em 1835 em Paris. A publicação continha 100 obras acompanhadas por textos explicativos.

Os 30 segmentos que formam a decoração panorâmica produzida pela Casa Zuber foram copiados de diversas obras de Rugendas e vendidas com o nome de *Les vues du Brésil*. A pesquisa se propõe a identificar as obras de Rugendas copiadas e reproduzidas no papel de parede, e identificar a flora apresentada por meio dos registros do autor e da bibliografia disponível, como *Expedição Langsdorff ao Brasil: 1821-1829* (Edições Alumbramento, 1988). Essa publicação contou com a coordenação do professor Luiz Emygdio de Mello Filho, que classificou cientificamente e redigiu comentários atualizados para cada uma das aquarelas e desenhos.

Interessa ao campo da arquitetura paisagística investigar como a nossa flora nativa, estimada e valorizada por estrangeiros, mas menosprezada pela elite local, passa a ser consumida também no Rio de Janeiro em papéis de parede decorativos. É curioso notar que, em meados do século XIX, os jardins das residências das classes abastadas procuravam ostentar espécies vegetais exóticas, vindas dos mais longínquos países. Gosto que se difundiu entre os brasileiros de todas as classes sociais.

Por que decorar uma residência no Rio de Janeiro com esse panorama? Afinal estamos imersos numa paisagem tropical que se pode observar pela janela. Seria uma nostalgia de paisagens já modificadas pelo desmatamento e urbanização? Ou uma tentativa de consumir uma alegoria da natureza, recriada por fragmentos da obra de Rugendas?

Revestimentos internos e bens integrados do Palacete Scholz

Márcia Honda N. Castro

Manaus mantém muitos registros arquitetônicos e urbanísticos do faustoso ciclo da borracha, a exemplo de logradouros, prédios e equipamentos públicos, bem como de imóveis privados, sobretudo residências, cujo refinamento construtivo traduzia o bom gosto e o poder aquisitivo de seus proprietários.

Um exemplar bastante expressivo desse período, não apenas por sua tipologia eclética, mas também por seu histórico, acompanhando as fases de auge e de declínio da produção gomífera, consiste na antiga morada do alemão Karl Waldemar Scholz, um legítimo “barão da borracha”, pois era um dos mais abastados comerciantes locais do caucho. O palacete, tombado pelas três instâncias do poder público, foi construído entre os séculos XIX e XX, durante a fase áurea do referido ciclo econômico. Sobressaía por sua situação privilegiada, com acessos fluvial, ladeado por dois igarapés, e terrestre, vizinho de uma das mais importantes avenidas da cidade. Ademais, considere-se sua implantação, ao centro de um grande terreno, cercado por jardins, englobando, além da morada em si – sobrado de porão alto e dois pavimentos, com mirante –, uma pequena construção contígua e interligada a ele, servindo como área de serviço e garagem, uma casa abarracada e uma coudelaria.

Com a perda do mercado internacional para a concorrência asiática e com a crise decorrente da Primeira Guerra Mundial, o comércio da borracha amazônica colapsou, causando a ruína financeira de tantos, não sendo diferente para Scholz, que hipotecou sua casa e, não conseguindo saldar suas dívidas, passou-a ao sr. Luiz da Silva Gomes. Este arrendou e, posteriormente, em 1918, vendeu o imóvel ao Estado para ser a residência e o gabinete do governador, assumindo a denominação “Palácio Rio Negro”, permanecendo sede do Poder Executivo até 1997, quando ali se implantou o Centro Cultural Palácio Rio Negro, função estendida aos tempos atuais.

Mesmo recebendo algumas intervenções ao longo de sua trajetória, ainda é possível contemplar muitos aspectos de sua feição original, inclusive seus interiores, ocorrência rara no acervo manauense, quer devido às adaptações de uso, quer pela própria legislação municipal, que exige, tão somente, a preservação do exterior das edificações constituintes do patrimônio histórico.

A partir da excepcionalidade supracitada, esta pesquisa buscou identificar e analisar a ornamentação interna remanescente do Palacete Scholz, envolvendo materiais, técnicas construtivas e bens integrados, com ênfase nos *halls* principal e superior, por concentrarem os elementos mais significativos, entre eles: pisos em réguas de acapu e pau-amarelo, pinturas parietais, forro de caixotão, forro em saia-e-camisa com respiros, claraboia, escadarias em madeira, luminária e estatuetas em bronze procedentes da fundição francesa Thiébaut Frères. A metodologia adotou investigação *in loco* (dispensando prospecções), pesquisa bibliográfica e iconográfica, com destaque para a carta de arrematação do imóvel pela administração estadual, na qual consta uma descrição pormenorizada de seus ambientes, em termos de cromatização, revestimentos, mobiliários e equipamentos. Pretende-se contribuir, assim, para o estudo sobre a caracterização e a evolução construtiva das habitações manauaras.

Da cultura e opulência ao desprezo e destruição

Humberto das Chagas Neto

O município de Campos dos Goytacazes, localizado no norte do estado do Rio de Janeiro, tem em sua história, desde sua colonização a partir de meados do século XVII, como principais atividades econômicas a cultura da cana-de-açúcar, a criação de gado bovino, e o trabalho com a matéria prima – argila, para fabricar tijolos e telhas cerâmicas. Essa situação fez com que se implantassem, fora da zona central da vila enquanto tal e depois da cidade, diversas construções de proprietários rurais, que faziam com que suas criações e plantações engordassem sob os seus próprios olhos. Edificações nobres, ou, às vezes, nem tanto, mas com total predominância da utilização das técnicas com aplicações de tijolos maciços cozidos, desde a sua fundação inclusive. Exemplares mais remotos dessas residências sinalizam para a adoção de características barrocas, passando pelo estilo neoclássico e tendo alcançado o estilo eclético, sempre considerando a ocorrência deles com um certo atraso temporal em relação aos grandes centros brasileiros.

O que se pretende demonstrar nesta pesquisa é uma dessas edificações rurais, erigida em estilo eclético no início do século XX, totalmente em tijolos maciços, que teria sido construída em homenagem à formatura em engenharia de um dos filhos do proprietário das terras. Essa residência manteve, durante sua existência, uma vida de riqueza e cultura, contando com inúmeras pinturas parietais de considerável valor artístico em seus ambientes internos (parte dessas ainda existentes, a serem apresentadas pelo autor), lavatórios em louças nos quartos, portas com maçanetas em cristais tchecos e lustres de cristal. Não obstante estarem em área rural, os seus costumes se alinhavam com a construção de destaque em sua região, com produtos importados até mesmo em sua alimentação, típicos do que se serviam nas recém-criadas confeitorias no Rio de Janeiro, então capital federal, como Colombo ou Cavé. Tem-se, nessas características, a chamada influência da Belle Époque, permanecendo tardivamente até meados do século XX. No caso que trazemos à tona, podemos dizer que isso dura até finais do mesmo século, período em que falecem seus proprietários, não havendo mais o interesse de seus herdeiros em permanecer no mesmo padrão de vida rural, mas de opulência, já totalmente descolados daquela realidade, com suas famílias vivendo em áreas urbanas, com outros tipos de *modus vivendi*.

Assim, a fazenda é vendida para a outra linha econômica regional, produtores de tijolos cerâmicos, que, apesar de contarem com generosos recursos financeiros, não veem a edificação como algo que se deva preservar. Apesar da representatividade arquitetônica para a região, essa sede de fazenda não é tombada ou preservada por órgãos competentes, estando hoje em total estado de ruína, sucumbindo às forças da natureza, como se poderá atestar por documentação fotográfica a ser apresentada, especialmente no que tange à riqueza de detalhes das citadas pinturas internas existentes nela.

Em busca do conforto e da modernidade: a reforma de 1883 no palacete do comendador Mariano Procópio

Douglas Fasolato

Esta pesquisa apresenta informações inéditas sobre a reforma feita em 1883 no palacete erguido entre 1856 e 1861 pelo comendador Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872), fundador e presidente da Companhia União e Indústria, responsável pela construção e operação da pioneira estrada rodoviária de mesmo nome.

Situada na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil, em meio a uma chácara de 400 mil metros quadrados, a residência foi projetada em estilo neorrenascentista pelo arquiteto alemão Carl August Gambs. Em 1861, o imperador d. Pedro II se impressionou com “a mais *coquette* habitação” como registrou em seu diário.

De volta da Europa, a viúva Maria Amália Ferreira Lage (1835-1914), manda, em 1883, executar a reforma do palacete, alterando significativamente seus interiores em diversos aspectos, desde os pisos aos revestimentos, implantando moderno sistema hidráulico e de iluminação a gás, além de receber novo mobiliário e obras de artes adquiridas na Europa.

Após a morte de sua proprietária, em 1914, teve sua função alterada para museu particular e, em 1936, doada ao poder público pelo herdeiro testamentário, seu filho, o colecionador Alfredo Ferreira Lage (1865-1944). É um dos dois prédios históricos que compõem o complexo arquitetônico e paisagístico do Museu Mariano Procópio, o primeiro de Minas Gerais.

Para compreender as alterações resultantes da obra mantendo seu uso residencial, foi consultada documentação existente em diversos arquivos públicos e privados, como inventários, cartas, recibos, contratos e relatórios. Esses documentos permitem conhecer e refletir sobre os partidos adotados e as influências do projeto, desde a mão de obra contratada às técnicas utilizadas, assim como os fornecedores e as aquisições de materiais nacionais e importados.

Esta pesquisa utilizou fotografias de diversos profissionais, a partir dos primeiros registros do fotógrafo francês Revert Henry Klumb, assim como informações de viajantes, entre naturalistas e artistas, plantas posteriores e informações dos projetos e processos de restauro, que contribuem para melhor compreensão do palacete.

A transformação dos ambientes internos e a valorização da arte decorativa aplicada se vale de um estudo comparativo dos usos e distribuição dos cômodos da residência em 1874 e em 1914, ambas antes de ter seu uso alterado para sede inicial do museu. Dessa forma, é possível entender as influências do gosto e do padrão social e cultural dos proprietários diante das suas necessidades no espaço e no tempo.

Em conclusão, a reforma de 1883 não teve como objetivo restaurar o padrão decorativo original da residência, mas de dotá-la de conforto e aparato para uso residencial da proprietária e sua família, igual ao padrão do qual ela usufruía no período em que residiu na Europa, a partir de 1874.

As influências da casa senhorial sobre a casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais

Régis Eduardo Martins

O objetivo desta pesquisa é discutir as influências da casa senhorial sobre a casa corrente luso-brasileira oitocentista de Minas Gerais, de modo a propor modos de interpretação para as mudanças introduzidas nas edificações à época. Como método de abordagem, propõe-se uma análise tipológica de soluções presentes nos dois tipos de casas urbanas, considerando as aproximações e distanciamentos observáveis. Em outra via, pretende-se discutir a apropriação de recursos associados ao gosto derivado do neoclassicismo e do ecletismo, quando ocorrido. A abrangência do estudo considera como recorte espacial: Ouro Preto, Mariana, São João del Rei, Tiradentes, Sabará, Santa Luzia, Diamantina, Serro, Conceição do Mato Dentro e Montes Claros.

O desenvolvimento da capitania de Minas Gerais ao longo dos anos 1700 não proporcionou um enriquecimento significativo das formas da casa urbana, sobretudo em vias de permitir o surgimento de habitações indiscutivelmente classificadas como senhoriais. Contribuiria para essa situação, além da penúria geral das povoações, o emprego de técnicas construtivas de menor envergadura como as estruturas de madeira vedadas com taipas ou adobes. Durante o século XIX, os partidos arquitetônicos existentes receberam recursos com certo grau de erudição – que renovaram as dimensões plástica, funcional e construtiva da casa corrente luso-brasileira –, aos moldes do que se praticava na casa senhorial urbana de vários lugares do mundo português. Soluções até então pouco usuais nos exteriores da habitação comum passaram a ser empregadas, tais como: beirais com cimalhas corridas acompanhado de frisos ou esgraftos, pilastras com embasamento e capitéis, sobrevergas, molduras delicadas nos enquadramentos dos vãos, portadas decoradas, vidraças com pináculos, gradil nos guarda-corpos etc. O arranjo interno também passou a abarcar novos ambientes: vestíbulos para o acesso à casa, corredores centrais, salas de função variada com ou sem decoração em pintura parietal, quartos e alcovas para receber visitantes, entre outros. Do ponto de vista construtivo, houve uma tentativa de oferecer à casa corrente luso-brasileira maior volumetria, tornando-se os pés-direitos internos mais altos, o que, ao mesmo tempo, fez aumentar a proporção dos vãos e exigiu melhorias nas vedações dos planos cegos das paredes.

Ainda que esse seja um tema paralelo ao propósito do evento, foi possível identificar uma forte tendência de refinamento das soluções adotadas na casa corrente luso-brasileira oitocentista em Minas Gerais, que pode ser explicada à luz da casa senhorial de origem portuguesa. Nesse percurso, não se pôde observar um salto, um distanciamento verdadeiro, mas uma transformação conveniente, na qual a arquitetura regular dos modelos arquitetônicos manuelino e pombalino – base determinante para os padrões construtivos e decorativos empregados ao longo do século XVIII – serviram de base para uma nova maneira de se conceber a casa corrente no Oitocentos. Na ausência de condições de se criarem casas verdadeiramente senhoriais nas povoações mineiras, o recurso mais usual foi aproximar as formas da casa corrente às delas.



Gabinete do Palácio dos Condes de Anadia, Mangualde, Portugal.

Foto: Helder Carita.

Fonte: Arquivo pessoal.

TEMA IV

O Equipamento Móvel nas suas Funções Específicas e suas Relações com o Espaço; O Conjunto e as Circulações das Peças; A Atmosfera do Lugar.

O contador-secretária: símbolo, poder e gênero nos interiores domésticos

Lucas Elber de Souza Cavalcanti

Este trabalho irá falar sobre um contador-secretária eclético que hoje integra a coleção mobiliária do Museu Histórico Nacional (MHN), e que possivelmente pertenceu à princesa Isabel. A partir do conceito de forma-imagem, é discutida a presença e a exibição de móveis oitocentistas que hoje sobrevivem nos museus, mas que outrora ocuparam os interiores de casas senhoriais. Os contadores-secretárias são móveis de guarda e de apoio, diretamente relacionados com signos de aparato e conhecimento, que surgem inicialmente separados, mas que se unem em uma terceira tipologia.

A secretária, na Europa, tem seu uso mais extensivo a partir do século XVIII, apesar de ter sido criada no início do século XVII. É um móvel de apoio, destinado à escrita, sua superfície pode ser de tampo inclinado, de abaixar ou reto. Esse equipamento foi amplamente descrito na literatura feminina dos séculos XVIII e XIX, com inúmeras personagens usando-o como receptáculo de correspondências galantes e comprometedoras.

O contador surge no Oriente, especialmente na Índia, e em seguida espalha-se pela Europa durante o século XVI. Profundamente relacionado com os gabinetes de curiosidades, o contador respondia a um ideal de arquivamento das maravilhas e preciosidades culturais coletadas pelo proprietário, que se expressavam no tipo de decoração utilizada, seja com o uso de materiais nobres, seja com a aplicação de repertórios visuais consagrados, como temas religiosos e da mitologia greco-romana. É o caso do contador-secretária a ser analisado, um móvel inteiramente ornamentado com 98 cenas mitológicas greco-romanas, que podem ser interpretadas à luz dos conceitos de estilo, gênero e poder.

Ao tratarmos do estilo, observaremos de que forma ele se configurou como um sistema garantidor de identidade a objetos artísticos e como sintoma do gosto de uma época. Por meio da investigação dos motivos ornamentais que compõem o móvel, observou-se o predomínio de um partido estético direcionado ao público feminino, principalmente representado na aplicação de ornamentos florais, fitas e com o uso de linhas finas. Tal direcionamento também foi constatado no exame iconológico das personagens mitológicas presentes na peça, notadamente deusas e ninfas.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo fazer uma análise complexa sobre um contador-secretária de estilo eclético, do acervo do Museu Histórico Nacional, a partir do estudo das cenas mitológicas retratadas no móvel, usando um método de interpretação simbólica e buscando contribuir com uma maior elucidação acerca de seu uso como motivos ornamentais moralizantes e de identificação para *performances* de gênero, discutindo, ainda, a função e o signo do ornamento em mobiliários do século XIX e constatando as múltiplas vivências e sobrevivências do objeto oitocentista a partir de seus percursos e situações.

Em uma abordagem sistêmica, portanto, é analisado o contador-secretária em seu percurso, alinhado com a tradição da história dos estilos, como um equipamento oitocentista que reflete um espírito de época, por meio da apresentação de objetos similares em casas de leilão, tanto no período corrente à produção, quanto na contemporaneidade, e como um objeto simbólico que reverbera discursos de gênero e poder.

A casa das doze janelas e o teatro da memória do viver na caatinga baiana do século XX

Luis Alberto Ribeiro Freire

Este estudo é sobre uma casa localizada no povoado de Barro Vermelho, distrito de Curaçá, norte da Bahia, zona do bioma da caatinga. A casa distingue-se por sua localização na esquina entre a lateral da igreja de São João Batista e um beco, por suas dimensões, altura do pé direito e ornatos arquitetônicos nos pilares, portas e janelas. É referência para diversas gerações que fizeram o ensino fundamental nas suas dependências e pela atividade dos primitivos moradores. Desde 2010, a casa passou por uma intervenção cuidadosa, que manteve, o quanto possível, suas características construtivas, ao tempo em que se coletou dados sobre materiais e métodos utilizados na sua edificação. Alguns elementos, como o fogão à lenha, foram refeitos, outros não, por falta de referências. No exterior, foram resgatadas as cores das fachadas, portas e janelas da época da construção.

Optou-se por uma ambientação que não recriasse a casa primitiva, mas que refletisse o *modus vivendi* da caatinga na primeira metade do século XX, período da construção da casa e de moradia da família Gonçalves, Martins e Oliveira, que promoveu a edificação. Desse modo, foram adquiridos e dispostos móveis e demais objetos, alguns resultantes de doações de outras casas da região, resultando em um espaço que ativa a memória dos que o visitam, atraindo a curiosidade de moradores e visitantes do distrito. Um teatro da memória no sentido posto por Hooper-Greenhill.

Utilizamos o método da arqueologia histórica na consideração dos indícios de estruturas removidas e na descrição de técnicas aparentes e não aparentes; da análise formal e tipológica; o método comparativo-dedutivo e analítico, tanto na avaliação do contexto urbanístico do povoado, quanto nos elementos comuns e diferenciais entre as edificações do período e no sertão da Bahia.

A casa foi edificada com tijolos de adobe, ou adobões, como são chamados na região, com o distintivo de as paredes externas serem constituídas de tijolos cozidos. Tem cinco janelas que se abrem para a lateral da igreja, funcionando como fachada principal por conta de seus elementos, mas a fachada principal fica para o lado do beco e nela há a porta de entrada no extremo direito da fachada e de seis janelas, além de ter calçada alta. A planta baixa de origem contava com um vestíbulo após a porta de entrada, uma grande sala à frente do vestíbulo e uma porta fechando o corredor que conduzia à parte íntima da casa. Esse corredor não existe mais e não foi refeito. Conduzia à sala de jantar, para onde convergiam os três quartos de dormir, dois sem nenhuma janela. Da sala de jantar, acessava-se as dependências da cozinha com sua despensa e porta para o quintal. A privada ficava no fundo do quintal. Tal disposição atendia as funções da casa: a sala logo à entrada destinada às festas e reuniões, pois era uma família de músicos; e sediou aulas do ensino fundamental.

Mobiliário na Casa Museu Eva Klabin

Ruth Levy

A casa da colecionadora Eva Klabin (1903-1991), hoje Casa Museu Eva Klabin, conta com uma extensa coleção de arte clássica que inclui, entre suas mais de duas mil peças, dezenas de peças de mobiliário. Concebida nos moldes do colecionismo universal de fins do século XIX, a coleção tem caráter bastante eclético e abrangente, com peças que cobrem um arco de tempo de cinco séculos, do Egito Antigo ao início do século XX, organizadas nos diversos ambientes da espaçosa casa às margens da lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro.

O mobiliário acompanha o ecletismo geral da coleção, com exemplares pertencentes a diversos períodos estilísticos. De um modo geral, cada período corresponde a ambientes específicos nos quais, em conjunto com outras peças da coleção, a mobília vai desempenhar funções particulares e papel simbólico na ambientação, criada pela colecionadora e que compõe atualmente o circuito expositivo da casa museu.

Nos halls de entrada e principal da casa, é o gótico que vai prevalecer em imponentes peças como a moldura de lareira austriaca, o cadeiral de coro francês e uma arca italiana, entre outras.

No grande salão da casa, a Sala Renascença, estão presentes, além de um imponente retábulo, mesas, arcas, bancos, cadeiras e um genuflexório, formando um conjunto excepcional de mobiliário italiano dos séculos XVI e XVII.

Na sala inglesa, o console roccocó e as papeleiras decoradas com *chinoiserie* dão um aspecto intimista a essa galeria de pinturas do século de ouro da retratística inglesa.

E, se na entrada da casa o gótico já se prenunciava, na sala de jantar ele se impõe no ambiente com a *boiserie* de carvalho entalhado que decora a parede, seabrindo em nichos para guardar a prataria, com o revestimento das portas, e com o grande arcaz do fundo da sala.

Já no segundo andar da casa, no quarto de dormir, o predomínio é do barroco, cujos motivos ornamentam os elaborados móveis dourados que contrastam com o suave azul do papel de parede. A cama, o console, as molduras e até mesmo uma miniatura de berço compõem magnificamente o ambiente.

Além da vasta coleção de móveis de época, outro recorte que enriquece o estudo é a presença de móveis “de estilo”, em exemplares produzidos nos meados do século XX pelo moveleiro francês Antoine Ruhlé, que fez a decoração da Casa Eva Klabin e cuja produção merece pesquisa aprofundada.

O objetivo desta pesquisa é aprofundar o estudo sobre esse rico mobiliário e sua organização nos diversos cômodos dessa casa que, apesar de datar do século XX, teve seus interiores tratados aos moldes de uma casa senhorial. A análise passará por questionamentos referentes à origem, produção, motivos decorativos e função dos móveis, buscando referências em documentos e outras coleções, contribuindo para o estudo geral do mobiliário, bem como pela composição dos conjuntos, suas relações com a arquitetura e com a decoração, buscando as narrativas propostas por Eva Klabin para esse espaço próprio e único que ela criou para “morar com a coleção”.

Trançando cadeiras: quando formas de sentar mudam a história do mobiliário no Brasil

Mariize Malta

No Brasil, a história do mobiliário se desenvolveu somente a partir dos anos de 1930, momento marcado por um forte nacionalismo e preocupação com a demarcação e preservação do patrimônio artístico e histórico nacional. Do mapeamento dos móveis coloniais, consideraram-se tipologias consagradas na história do mobiliário europeu. No caso dos assentos, elegeram-se bancos, mochos, cadeiras, marquesas e canapés, perseguindo suas características formais e técnicas no sentido de demarcar as transformações estilísticas, as manifestações tardias e híbridas do móvel luso-brasileiro. Entretanto, grande parte da população brasileira até boa parte do século XIX não se utilizava somente desses assentos, diante do resistente hábito de se sentar em esteiras, tablados e redes, ainda presente nos dias de hoje em localidades com população de baixa renda, em grupos indígenas e em terreiros de candomblé e umbanda.

Se nas casas senhoriais, durante o século XIX, adotaram-se, pouco a pouco, hábitos de se sentar exclusivamente em cadeiras e marquesas, ainda se via mulheres sentadas à moda oriental sobre tablados, esteiras e tapetes, refeições sendo feitas no chão, com toalhas esticadas sobre esteiras, descansos feitos em redes e esteiras, os principais móveis nas senzalas, casas de libertos e do gentio nas vilas. Redes, esteiras, bancos e cadeiras estiveram em plena convivência durante séculos de colonização.

Ao observar a relação do corpo com o mobiliário, os comportamentos frente ao ato de sentar-se, passamos a nos valer de um olhar oblíquo para enfrentar culturas híbridas, como apontou Néstor García Canclini, percebendo que esteiras e redes eram as “cadeiras” da maioria da população brasileira. Este trabalho procura refletir sobre esses móveis de assento, lançando mão de iconografia, relatos e exemplares musealizados e ainda produzidos artesanalmente, buscando uma maneira de reparação daquilo que foi invisibilizado, ainda que tenha marcado um hábito alastrado e longevo. Assim, pretendemos trançar outros caminhos para pensar nas cadeiras para além do normalmente compreendido e ultrapassar preconceitos que encobriram uma história das cadeiras trançadas, penduradas ou rentes ao chão.

A composição dos ambientes sociais no espaço rural paulista (1870-1920)

Rosaelena Scarpelina

A expansão da agricultura cafeeira rumo ao interior oeste do estado de São Paulo se dá a partir de meados do século XIX, trazendo para essa região, conhecida como “boca do sertão”, novos investidores que se diferenciavam dos antigos fazendeiros de café do Vale do Paraíba, pois em sua grande maioria eram jovens, empreendedores, e procuravam atuar na política do estado.

Esses novos fazendeiros eram considerados cidadãos do mundo, pois vinham de famílias tradicionais, estavam ambientados na capital da província, e pertenciam a uma elite antenada e atualizada com o viver da Europa. Muitos haviam estudado fora do Brasil, eram formados em direito, medicina, agricultura, engenharia etc. Eles se estabeleceram nessas novas terras, no território conhecido historicamente como Oeste Paulista, para acompanhar mais de perto a produção cafeeira. Ao chegarem, começaram a construir e/ou modernizar as casas sedes, com materiais de construção, equipamentos e decoração trazidos do mercado europeu e da corte do Rio de Janeiro.

A inauguração das ferrovias no estado de São Paulo, a partir de 1864, e o enriquecimento por meio da economia cafeeira muito auxiliou para a implantação do conforto e do luxo no mundo rural paulista. A mesma máquina que avançava, vindo do interior do estado e levando os grãos de café até o Porto de Santos, voltava para as distantes regiões carregadas de novos equipamentos, utensílios domésticos e decorativos, máquinas agrícolas e materiais construtivos.

Este estudo tem como objetivo expor a imagem doméstica do ambiente rural paulista, não só como um lugar de produção e trabalho, mas de arte e distinção, sua simbologia visual e seus valores segundo a história do gosto e estilo no século XIX e início do XX.

Para tanto, iremos apresentar os espaços sociais de quatro casas sedes de fazendas consideradas históricas, distribuídas por quatro municípios do estado de São Paulo: Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, São Carlos e Jaú. Em sua grande maioria, os objetos que fazem parte desses ambientes traçaram vários percursos pela casa e, hoje, aparecem como uma contradição, em alguns casos, já que não desempenham mais o papel para o qual foram criados, porém permanecem ali, alheios às mudanças ocorridas no cotidiano doméstico, além do seu tempo regular, como símbolo e testemunha de uma vivência.

Ao dar conhecimento desses ambientes e dos objetos contidos neles, pretendemos mostrar as novas formas de morar, viver e ocupar os novos ambientes sociais da casa, no período citado. Isso só foi possível por meio da análise desses ambientes simulacros, que nos levam a uma aproximação com o passado, permitindo, assim, sua valorização e preservação no presente como patrimônio vivo, no qual esse tempo é representado.

